



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CLÁUDIO FERREIRA GÓES**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS EVIDENCIAÇÕES DOS  
PASSIVOS AMBIENTAIS, A PARTIR DOS TERMOS DE COMPROMISSO DAS  
HIDRELÉTRICAS LOCALIZADAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO  
FRANCISCO**

**JOÃO PESSOA  
2017**

**CLÁUDIO FERREIRA GÓES**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS EVIDENCIAÇÕES DOS PASSIVOS AMBIENTAIS, A PARTIR DOS TERMOS DE COMPROMISSO DAS HIDRELÉTRICAS LOCALIZADAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

Projeto de Pesquisa apresentado a Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a elaboração do TCC, a Monografia.

Orientadora Prof. Dra. Renata Paes de Barros Câmara.

**JOÃO PESSOA**  
**2017**

G598c Góes, Cláudio Ferreira

Contabilidade ambiental: uma análise das evidenciações dos passivos ambientais, a partir dos termos de compromisso das hidrelétricas localizadas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. / Cláudio Ferreira Góes. – João Pessoa, 2018.

72f. il.:

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Renata Paes de Barros Câmara

Monografia (Curso de Graduação Ciências Contábeis - CCSA)  
Campus I - UFPB / Universidade Federal da Paraíba.

1. Passivos ambientais 2. Condicionantes de licenças ambientais 3.  
Gestão ambiental 4. Contabilidade Ambiental I. Título.

BS/UFPB

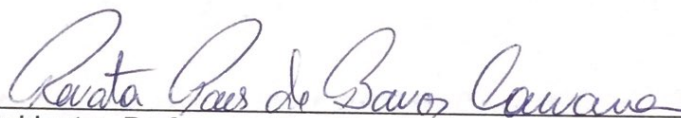
CDU: 2.ed. 657(043.2)

CLÁUDIO FERREIRA GÓES

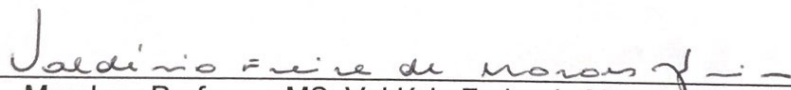
**CONTABILIDADE AMBIENTAL: Uma Análise das Evidenciações dos Passivos Ambientais, a Partir dos Termos de Compromisso das Hidrelétricas Localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Professora Dra. Renata Paes de Barros Câmara  
Instituição: UFPB



Membro: Professor MS. Valdério Freire de Moraes Júnior  
Instituição: UFPB



Membro: Professora Dra. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho  
Instituição: UFPB

João Pessoa, 30 de maio de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por me dar a capacidade, a saúde, e a vontade para trilhar essa jornada de conhecimentos e superar as expectativas dos que contribuíram para a evolução do meu saber.

A minha família pelo apoio, dedicação e paciência nos momentos difíceis dessa trajetória.

Aos Professores Christiano Coelho e Renata Paes por toda paciência, vontade e zelo no processo de construção deste trabalho.

Aos demais professores pelo conhecimento transmitido e por conquistar o meu respeito e admiração.

Há uma ligação em tudo. O que ocorrer à terra recairá sobre os filhos da terra. A Humanidade não tramou o tecido da vida: ela é simplesmente um de seus fios. Tudo que fizer ao tecido fará a si mesma.

(Sitting Bull – Líder Indígena Sioux).

## RESUMO

Os conflitos que envolvem a sociedade, o meio ambiente e o Estado têm alcançado destaque nas discussões e pesquisas nos mais diversos campos do conhecimento e se interpõem por toda a sociedade, Os recursos naturais são necessários para promover o desenvolvimento dos países. Para controlar a ação do homem contra o meio ambiente, se faz necessário a intervenção do Estado, Para promover a preservação e conservação do meio ambiente, o licenciamento ambiental é considerado um instrumento de política pública utilizado no Brasil, A contabilidade ambiental pode ser uma ferramenta para a gestão ambiental, auxiliando com informações econômicas e financeiras para a tomada de decisão, através de mensuração e evidenciação dos fatos que possam vir a impactar o patrimônio de forma positiva ou negativa. A seguinte pesquisa tem caráter descritivo, bibliográfica pois tenta explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc. Mesmo apresentando no relatório da administração as informações ambientais e sociais que demonstravam os gastos e investimentos como manda a legislação, não incluir nas devidas demonstrações contábeis os fatos contábeis ocorridos tira toda a fidedignidade e por consequência a utilidade da informação. O procedimento contábil a ser seguido foi a criação de subcontas ambientais nos relatórios contábeis onde as despesas ambientais ficariam a débitos nas contas da Demonstração de Resultados do Exercício (D.R.E) e créditos em passivos ambientais ou obrigações ambientais a pagar, já os ativos ambientais ficariam no imobilizado ambiental a credito de um suprimento de recurso.

**Palavras chave:** Passivos ambientais. Condicionantes de licenças ambientais. Gestão ambiental. Hidrelétricas.

## **ABSTRACT**

The conflicts that surround society, the environment and the state have reached prominence in discussions and research in the most diverse fields of knowledge and are interposed throughout society, Natural resources are necessary to promote the development of countries. To control the action of man against the environment, it is necessary the intervention of the State, To promote the preservation and conservation of the environment, environmental licensing is considered a public policy instrument used in Brazil, Environmental accounting can be a tool for environmental management, assisting with economic and financial information for decision making, through measurement and disclosure of the facts that may impact the equity in a positive or negative way. The following research has a descriptive, bibliographic character because it tries to explain a problem based on theories published in several types of sources: books, articles, manuals, encyclopaedias, annals, electronic means, etc. Even if the environmental and social information that shows the expenses and investments as mandated by the legislation is presented in the management's report, it does not include in the due accounting statements the accounting facts that are taken out of account and therefore the usefulness of the information. The accounting procedure to be followed was the creation of environmental subaccounts in the accounting reports where environmental expenses would be debited from the Profit and Loss Account (DRE) and credits on environmental liabilities or environmental obligations payable, while environmental assets would remain in the to the credit of a resource supply.

Keywords: Environmental liabilities. Environmental licensing constraints. Environmental management. Hydropower plants.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das Fontes de dados .....	23
Quadro 2 - Relação das hidrelétricas da concessionária CHESF .....	23
Quadro 3 - Relação com conceitos de contabilidade.....	24
Quadro 4 - Relação com conceitos de contabilidade e onde evidenciar o fato .....	24
Quadro 5 - Relação dos Autos de Infração encontrados .....	24

## LISTA DE ABREVIATURAS

CHESF	– Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco
CONAMA	– Conselho Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CPC	– Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBRACON	– Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
MW	– Mega Wats
NBC T	– Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas
D.R.E	- Demonstração do Resultado de Exercício

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1.1</b>	<b>Tema e Problema de Pesquisa</b> .....	<b>11</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos</b> .....	<b>12</b>
2.1.1	Objetivo Geral.....	13
2.1.2	Objetivos Específicos .....	13
<b>1.3</b>	<b>Justificativa</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Atividade de Hidrelétrica</b> .....	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Fatos Contábeis e Mutação Patrimonial</b> .....	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>Gestão Ambiental</b> .....	<b>16</b>
<b>2.4</b>	<b>Contabilidade e evidenciação de informações ambientais</b> .....	<b>17</b>
<b>2.5</b>	<b>Elementos patrimoniais ambientais</b> .....	<b>17</b>
<b>2.6</b>	<b>NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental</b> .....	<b>20</b>
<b>2.7</b>	<b>Licença Ambiental</b> .....	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>Tipologia de Pesquisa</b> .....	<b>22</b>
<b>3.2</b>	<b>Procedimentos Metodológicos</b> .....	<b>22</b>
<b>3.3</b>	<b>Delimitação do Estudo</b> .....	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>34</b>
	<b>APÊNDICE A - Relação com conceitos de contabilidade</b> .....	<b>37</b>
	<b>APÊNDICE B - Relação com conceitos de contabilidade e onde evidenciar o fato</b> .....	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os conflitos que envolvem a sociedade, o meio ambiente e o Estado têm alcançado destaque nas discussões e pesquisas nos mais diversos campos do conhecimento e se interpõem por toda a sociedade. De acordo com Farias (2013, p. 15). “o relacionamento dos seres humanos com o meio ambiente é um tema que vem atraindo a atenção de todas as gerações no século XXI”.

Tais conflitos geram a necessidade de utilizar recursos naturais com racionalidade e faz com que o pensamento de um desenvolvimento sustentável esteja presente nas ações da sociedade. Procura-se dessa forma utilizar os bens naturais da melhor forma possível. Assim, o direito das gerações futuras de poderem utilizar os recursos naturais deve ser o objetivo da gestão ambiental das nações em seu processo de desenvolvimento (BRUNDTLAND, 1990).

Os recursos naturais são necessários para promover o desenvolvimento dos países. Para controlar a ação do homem contra o meio ambiente, se faz necessário a intervenção do Estado. Para promover a preservação e conservação do meio ambiente, o licenciamento ambiental é considerado um instrumento utilizado de política pública utilizado no Brasil. É utilizado como instrumento de comando e controle da política pública ambiental. É destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma de causar degradação ambiental (FARIAS, 2013).

As licenças ambientais materializam a autorização que o empreendimento tem para exercer sua atividade, entretanto o documento revela as obrigações assumidas para manter a continuidade da atividade econômica. O não cumprimento das exigências elencadas nesse documento podem acarretar multas e suspensão da licença em caso de descumprimento do compromisso assumido (Lei 9.605/1998).

Dentre os bens e serviços a sociedade destaca-se a demanda por energia elétrica. A produção de energia elétrica, foco dessa pesquisa, é uma atividade econômica que causa significativos impactos ambientais e necessitam de licenças ambientais. Assim sendo cumpre destacar a produção de energia hidroelétrica no Brasil é responsável por mais de 70% da matriz energética os principais impactos negativos são percebidos, sofridos no entorno dos empreendimentos nas proximidades das barragens (MÜLLER, 1995).

Esses empreendimentos precisam promover ações de gestão ambiental para operacionalizar sua atividade. Demandam recursos do seu patrimônio para atender as condicionantes ambientais, obrigações assumidas na obtenção de suas licenças ambientais (KRAEMER, 2017).

Nesse contexto, a contabilidade pode evidenciar nas demonstrações contábeis informações úteis a seus usuários externos bem como, auxiliar a medir o desempenho da gestão ambiental, Gerando informações contábeis que no mínimo geram passivos ambientais (COELHO, 2010).

Tal circunstância leva a necessidade de investimentos por partes das empresas no intuito de cumprir para além das exigências do órgão fiscalizador. Trata-se, de no futuro, terem que sacrificar ativos para honrar com os passivos assumidos nos processos de licenciamento ambiental. O controle desse desempenho pode ser corroborado por sistema de informação para subsidiar a gestão ambiental das empresas e principalmente para atender as necessidades informacionais de usuários externos.

A Constituição Federal (1988) assegura à sociedade o direito sobre o meio ambiente. O meio ambiente é entendido como um bem comum e, portanto, de “propriedade” de todos. Nesse interim ter acesso a informação sobre a gestão ambiental de empresas potencialmente poluidoras pode ser compreendida como um direito da sociedade e uma obrigação das empresas. Ademais, o Estado é o responsável por representar os interesses de uma sociedade. E como tal deve lançar mãos de instrumentos de controle para tornar eficaz o processo de fiscalização e informação dos atos de uma gestão ambiental a sociedade.

### **1.1 Tema e Problema de Pesquisa**

As atividades econômicas, conforme Sachs (2009), são necessárias para o processo de desenvolvimento sustentável. O bom desempenho da gestão ambiental dos empreendimentos potencialmente poluidores, tende a uma continuidade das atividades de produção. Cabe ao Estado, fiscalizar, monitorar e avaliar aquele desempenho.

De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (Resolução 237/1997, p.1), o processo de licenciamento ambiental “é o controle da administração Pública sobre os impactos nocivos das atividades econômicas sobre o meio

ambiente”. Entende-se que esse controle deve estar relacionado com o planejamento de desenvolvimento do Estado. Dessa maneira a emissão e manutenção de licenças ambientais tendem a contribuir com o uso racional dos recursos naturais existentes em um território numa proposta de um desenvolvimento sustentável. Cabe ao Estado exercer o poder de polícia, fiscalização e as empresas conduzirem sua gestão com responsabilidade social e ambiental e melhorarem sua relação informacional com a sociedade.

Para funcionamento de um empreendimento, é necessário que seja emitida uma licença ambiental onde é autorizada a operação de tal atividade e seu funcionamento é vinculado a condicionantes descritas nas respectivas licenças, seus descumprimentos podem acarretar em multas e cancelamento da licença. Nesse sentido, nota-se que as empresas possuem obrigações a serem realizadas a medida que possuem licenças ambientais. Para a contabilidade esse é um fato que no mínimo geram passivos ambientais (COELHO, 2010).

A contabilidade ambiental pode ser uma ferramenta para a gestão ambiental, auxiliando com informações econômicas e financeiras para a tomada de decisão, através de mensuração e evidenciação dos fatos que possam vir a impactar o patrimônio de forma positiva ou negativa. (COSTA, 2012)

Diante do exposto a inquietação da presente pesquisa é: **Como a gestão ambiental de condicionantes exigidas e, de licenças ambientais das hidrelétricas do Rio São Francisco podem ser evidenciadas numa perspectiva contábil?**

## **1.2 Objetivos**

Este estudo investigou as ações de gestão ambiental exigidas de empresas hidrelétricas situadas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco licenciadas pelo IBAMA, na perspectiva de registro e evidenciação contábil de passivos ambientais assumidos a partir da emissão de licenças de operações.

### 2.1.1 Objetivo Geral

Demonstrar procedimentos contábeis para melhorar a evidenciação de informações da gestão ambiental de condicionantes exigidas em licenças ambientais de hidrelétricas.

### 2.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar mutações patrimoniais a partir das Condicionantes exigidas nas licenças ambientais de hidrelétricas.
- ✓ Descrever procedimentos contábeis para produzir informações da gestão ambiental das condicionantes exigidas em licenças ambientais de hidrelétricas.

## 1.3 Justificativa

A economia do Brasil está ligada a quantidade de energia que é consumida para o desenvolvimento da nação. Definido da melhor forma por Müller (1995, p. 5). “a energia, essência da própria vida, é fator preponderante no desenvolvimento dos povos. Sua abundância ou escassez determinam o potencial econômico das nações”.

As hidrelétricas apresentam um importante papel na economia brasileira, proporcionam energia para o desenvolvimento econômico. Porém, suas atividades causam grandes impactos ambientais no exercício das mesmas. Suas operações dependem de licenciamento ambiental que estão vinculados a um termo de compromisso que gera obrigações para com o meio ambiente e a sociedade ao seu redor (FARIAS, 2013).

Esses compromissos são compreendidos como passivos e despesas ambientais que podem ocorrer a qualquer momento ou precisam acontecer para cumprir o acordado na licença ambiental. Toda via, por representar valores monetários que geram obrigações ambientais futuras ou desembolso de caixa no decorrer do tempo, precisam ser reconhecidos, contabilizados e evidenciados nos relatórios contábeis (RIBEIRO; LISBOA, 2000).

Corroborando o contexto, Braga (2007, p. 71) expõe que;

[...] a necessidade de a empresa publicar tais informações para o mercado decorre de que a temática ambiental vem ganhando maior abrangência no meio organizacional e transformando-se um importante intangível, que afeta o valor da empresa no mercado.

Por meio da gestão ambiental é possível que se tenha o controle dos custos das operações do empreendimento em funcionamento e os gastos com a manutenção dos compromissos assumidos, e que todas as informações pertinentes estejam transparentes na contabilidade. Reconhecidos e evidenciados nas demonstrações contábeis, para melhor acompanhamento dos usuários das informações e no auxílio da gestão. Conforme Queiroz (2000, p. 81):

provavelmente será possível a partir da emissão da Licença Ambiental de Instalação (LAI), que evidencia os reflexos financeiros futuros para as empresas de maneira mais específica em relação às condicionantes ambientais impostas pelo órgão ambiental.

Essa pesquisa pode contribuir para uma reflexão sobre evidenciação dos aspectos ambientais a partir do licenciamento ambiental, dado que a literatura suporta teoricamente que as licenças ambientais são sim documentos que evidenciam no mínimo passivos ambientais das empresas. Assim, há uma contribuição em termos teórico-acadêmicos ao trazer uma reflexão a respeito dos procedimentos contábeis para melhorar a evidenciação de informações da gestão ambiental de condicionantes exigidas em licenças ambientais de hidrelétricas, em específico as localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

No estudo de Berlot, Ana e Ribeiro (2006), fica conotada a importância dos passivos ambientais evidenciados nas demonstrações contábeis, para melhor controle das informações ambientais e melhorar a qualidade da informação para os usuários da informação.

Souza e Ribeiro (2004) reforçam que a contabilidade ambiental pode ser um agente condutor de informações necessárias para identificação de possibilidades de investimentos ambientais de forma a subsidiar o processo de tomada de decisões dos gestores.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Atividade de Hidrelétrica**

A Eletrobrás define usina hidrelétrica como sendo a transformação de energia hidráulica em elétrica da seguinte maneira:

Um conjunto de obras e equipamentos cuja a finalidade é a geração de energia elétrica, através de aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio. O potencial hidráulico é proporcionado pela vazão hidráulica e concentração dos desníveis existentes ao longo do rio.

- 1) Basicamente, uma usina hidrelétrica compõe-se das seguintes parte:
- 2) Barragem;
- 3) Sistemas de captação e adução de água;
- 4) Casa de força;
- 5) Sistema de restituição de água ao leito natural do rio.

A água captada no lago formado pela barragem é conduzida até a casa de força através de canais, túneis ou condutos metálicos. Após passar pela turbina hidráulica, a água é restituída ao leito natural do rio, através do canal de fuga.

Assim a potência hidráulica é transformada em potência mecânica, quando a água passa pela turbina, fazendo com que esta gire, no gerador que está acoplado a turbina a potência mecânica é transformada em potência elétrica (MÜLLER, 1995).

A energia gerada é levada através de cabos ou barras condutoras dos terminais do gerador até o transformador elevador, onde tem sua tensão é corrigida e assim, através de linhas de transmissão chega até os centros de consumo. Através de transformadores abaixadores, a energia tem sua tensão levada a níveis adequados para utilização pelos consumidores (MÜLLER, 1995).

### **2.2 Fatos Contábeis e Mutação Patrimonial**

O patrimônio passa por constantes alterações em virtude da atividade em exercício da administração, tais como compras, vendas e operações com credores, essas variações frequentes formam a dinâmica patrimonial. As ações que formam esses eventos são chamadas de fatos contábeis (SILVA, 2008).

Os fatos contábeis são divididos em: (a) permutativo - é a ação onde acontece permuta dos elementos patrimoniais (Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido), não alterando o resultado líquido do patrimônio; (b) modificativo - interfere no resultado líquido do patrimônio de forma aumentativa ou diminutiva, geralmente envolvendo contas de despesas e receitas; (c) misto - acontece de forma simultânea envolvendo os fatos contábeis anteriores. (SILVA, 2008).

A mutação patrimonial será a alteração de natureza e valor, ocorridas no patrimônio líquido da empresa, pela afetação das receitas e despesas, chegando ao resultado líquido, através do confronto dessas contas. Será denominado lucro sempre que receitas maiores que despesas ou prejuízo quando houver o inverso. Logo o reconhecimento de receita aumenta o lucro do período e também o PL, acontecendo o contrário com o reconhecimento de despesas. A geração de lucro ajuda para a continuidade da empresa (SZUSTER; CARDOZO, 2013).

### **2.3 Gestão ambiental**

De acordo com Braga (2011, p. 14), “gestão ambiental significa incorporar à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócio focado no desenvolvimento sustentável.” O processo de gestão ambiental nas empresas está profundamente vinculado a normas que são elaboradas pelas instituições públicas na visão da autora.

Segundo Costa (2012, p. 103). “do ponto de vista empresarial, gestão ambiental é a expressão utilizada para disciplinar a gestão empresarial que se orienta para evitar problemas para o meio ambiente”.

Desta forma a gestão se configura como uma das mais importantes ferramentas que se relaciona com qualquer tipo de empreendimento permitindo a integração de programas e sistemas organizacionais que permitam: controlar os impactos ambientais, cumprir a legislação ambiental, utilização de tecnologia para minimizar impactos ambientais, monitoramento e avaliação dos processos ambientais, eliminação ou redução dos riscos ambientais e sociais (ANTONIUS, 1999).

O principal objetivo da gestão ambiental é desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais. E não gerar receitas, mas isso não a impede de que tire proveito deste processo econômico (COSTA, 2012).

## 2.4 Contabilidade e evidenciação de informações ambientais

A contabilidade ambiental surgiu nos anos de 1970 quando governos e entidades começaram a se preocupar com o meio ambiente e as empresas passaram a olhar de forma diferente o contexto ambiental. Costa (2012, p. 29), “Contabilidade ambiental como sendo “a contabilização dos conjuntos de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente”.

De acordo com Bergamini Junior (1999, p. 98), a contabilidade ambiental “tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa”.

A qualidade da informação contábil deve estar alinhada com o CPC 00 e as NBC TG. Bergamini Junior (2000, p. 11) reforça o conceito afirmando que:

para o usuário externo da informação contábil torna-se material toda informação que, não sendo evidenciada, ou sendo mal evidenciada, pode levá-lo a sério erro sobre a avaliação do empreendimento e de suas tendências, o que se aplica de forma plena às informações sobre o desempenho ambiental da empresa.

O objetivo do relatório contábil financeiro é divulgar informações úteis aos interessados da informação a exemplo, credores, supostos investidores ou gestores para tomada de decisão, já as Informações retiradas do relatório podem ser: recursos econômicos da entidade, reivindicações contra a entidade e informações sobre fluxo de caixa da entidade por exemplo. Para informação contábil financeira ser útil ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que precisa ser representado, e a utilidade da informação contábil financeira será melhorada se puder ser comparável, verificável, tempestiva e compreensível. (CPC 00, 2017).

## 2.5 Elementos patrimoniais ambientais

Ativo ambiental - Os ativos podem ser conceituados como algo que possui um potencial de serviços em seu bojo, para a entidade, capaz, direta ou indiretamente, imediata ou no futuro, de gerar Fluxo de caixa (IUDICIBUS; MARION; FARIAS, 1993).

Para atender a função econômica de um empreendimento, é necessário que se faça investimentos, esses investimentos no momento da concepção da entidade

serão ativados. O tipo de atividade exercida pela empresa vai exercer uma grande influência no tipo de ativo a ser adquirido.

Para a continuidade da empresa, é necessário que seus ativos entrem em operação e que produza bens ou serviços de qualidade e que não cause danos ao meio ambiente (CPC 21, 2017).

Segundo Marion (1998, p. 53), “ativos são todos os bens e direitos de propriedade da empresa mensurados monetariamente, que representem benefícios presentes ou futuros para a empresa”. Kraemer (2000, p. 22), acrescenta que os “ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam à preservação e recuperação ambiental e devem ser segregados em linha à parte no balanço Patrimonial”. Ribeiro (1998, p. 57): define que “Ativos ambientais são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, e dos quais se espera obter benefícios futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio ambiente.”.

Passivo ambiental - O Passivo representa as obrigações de uma empresa, a exigibilidade de honrar um compromisso futuro, pagamento de bens ou serviços, segundo Ludícibus, Marion e Farias (1993, p. 136). Costa (2012, p. 67), complementa que “passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou um custo ambiental”.

Na opinião do IBRACON (1996, p. 5),” o passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como, multas e indenizações em potencial”. Reforçando o conceito de passivo ambiental Ribeiro e Lisboa (2000, p. 8-19), afirmam que “os passivos ambientais podem ter como origem qualquer evento ou transação que reflita a interação da empresa com o meio ecológico, cujo o sacrifício de recursos econômicos se dará no futuro”.

Provisões - São reconhecidas como provisão as obrigações que surgem de eventos passados e que existam independentemente de ações futuras da empresa. São exemplos de tais obrigações as multas aplicadas ou as despesas de reparar os danos ambientais, que em ambos os casos dariam origem na saída de recursos que incorporam benefícios econômicos independentemente das ações futuras da entidade.

Por outro lado, devido a pressões comerciais ou exigências legais, o empreendimento pode pretender ou precisar efetuar gastos para operar de forma particular no futuro. Evitando desembolsos futuros pelas suas próprias ações, por exemplo, alterando o seu modo de operar, ela não tem nenhuma obrigação presente relativamente a esse gasto futuro e nenhuma provisão é reconhecida (CPC 25, 2017).

**Passivos de Contingência** - Os passivos contingentes podem acontecer de maneira inesperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos pode acontecer. Se for provável que uma saída de benefício econômicos futuros serão exigidos para um item previamente tratado como passivo contingente, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita). (CPC 25, 2017).

**Receita Ambiental** - Segundo o IASB (apud IUDÍCIBUS; MARION, 2000, p. 173), a receita pode ser definida como “o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redunde num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacione a ajuste de capital”.

De acordo com Hendriksen e Breda (1999), receitas em uma visão mais abrangente compreendem os ganhos provenientes da atividade produtoras de riqueza da empresa.

Segundo Costa (2012, p. 90):

Receitas ambientais são os recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de matéria reciclada. Os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria prima para outras atividades como reutilizados pela entidade em seu processo produtivo.

Para Iudicibus (1993, p. 133), **Despesa Ambiental**

Despesas, no sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Note que despesa pode referir-se a gastos efetuados no passado, no presente ou que serão realizados no futuro. De forma geral, podemos dizer que o grande fato gerador de despesas é o esforço continuado para produzir receita.

Logo as despesas são os recursos consumidos na forma de bens e serviços essenciais para gerar receitas de um período independente do tempo do desembolso. Segundo Ribeiro (1992, p. 78):

Estes recursos, necessários a obtenção de receitas são tradicionalmente divididos entre custos e despesas. Adotaremos o conceito genérico de que custos são aqueles relacionados ao processo de produção, enquanto despesas são aqueles relativos à administração da empresa como um todo.

Os custos e as despesas para preservação ambiental estão ligados ao processo produtivo, portanto devem ser destacados em grupos específicos da Demonstração de Resultado do Exercício e compor-se de custos de insumo e de mão de obra necessários a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, bem como, de taxas de preservação ou multas impostas pela legislação ambientais, além da amortização dos gastos capitalizados (MARTINS; DE LUCA, 1994).

São considerados custos e despesas ambientais, o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados (RIBEIRO, 1992).

## **2.6 NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental**

A Norma Brasileira de contabilidade e suas interpretações Técnicas através da Resolução CFC Nº 1.003/04 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Orienta o que deve ser informado e como deve ser evidenciado as informações ambientais e sociais relevantes aos interessados.

Em relação a evidenciação dos passivos ambientais do ponto de vista contábil, Coelho (2010, p. 116) argumenta que:

Provavelmente será possível a partir da emissão da Licença Ambiental de Instalação (LAI), que evidencia os reflexos financeiros futuros para as empresas de maneira mais específica em relação às condicionantes ambientais impostas pelo órgão ambiental.

Nesse sentido a evidenciação contábil ambiental é o instrumento através do qual se torna possível realizar análises quanto aos resultados ambientais obtidos pela entidade, Para tanto os relatórios emitidos precisam estar de acordo com as características qualitativas fundamentais: Relevância, Materialidade e Representação Fidedigna. (NBC TG 2013).

## **2.7 Licença Ambiental**

Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental Resolução Conama 237 (1997).

Sendo assim, o licenciamento ambiental é o processo administrativo complexo que tramita perante a instância administrativa responsável pela gestão ambiental, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, e que tem como objetivo assegurar a qualidade de vida da população por meio de um controle prévio e de um continuado acompanhamento das atividades humanas capazes de gerar impactos ambientais (FARIAS, 2013).

Toda licença ambiental vem acompanhada por condicionantes que são uma série de compromissos que o empreendedor e o Governo Federal assumiram com o órgão ambiental federal (Ibama) para obter e manter a autorização do empreendimento, garantindo a sustentabilidade ambiental do empreendimento (FARIAS, 2013).

### **3 METODOLOGIA**

Esta seção tem como finalidade apresentar a classificação da pesquisa quanto aos seus objetivos, aos procedimentos utilizados para coleta dos dados e quanto à abordagem do problema. Também busca evidenciar qual o caminho percorrido para a obtenção dos resultados e alcance dos objetivos propostos. Sendo dividida em: tipologia de pesquisa, procedimentos metodológicos, população e amostra e delimitação do estudo.

#### **3.1 Tipologia de Pesquisa**

Essa pesquisa tem caráter descritivo porque será analisado, observado, registrado e correlacionado os aspectos das informações envolvendo os fatos, sem manipulá-los. (CERVO; BERVIAN 1983)

E bibliográfica porque busca explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc. A realização da pesquisa bibliográfica é fundamental para que se conheça e analise as principais contribuições teóricas sobre um determinado tema ou assunto. (KOCHE, 1997)

Também será documental que se assemelha muito com a pesquisa bibliográfica diferenciando apenas nas fontes, a documental utiliza fontes primárias e bibliográfica secundárias. (KOCHE, 1997)

#### **3.2 Procedimentos Metodológicos**

Os fenômenos foram as mutações patrimoniais necessárias para realizar ações de gestão ambiental relacionadas com a execução de condicionantes das licenças ambientais, o objeto de estudo são as condicionantes das licenças ambientais, o lócus da pesquisa são as hidrelétricas localizadas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco pertencente à concessionária CHESF empresa de sociedade anônima, constituída através do decreto-lei nº 8031, de 03.10.1945, com operação iniciada em 15.03.1948, tem como atividade principal a geração e a transmissão de energia elétrica, atendendo em todo território nacional, tendo como principais compradores consumidores das regiões Sudeste e Nordeste.

As fontes de dados foram as Licenças ambientais, as autuações aplicadas pelo órgão fiscalizador nesse caso o IBAMA, Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas notas explicativas, conforme descrito no quadro 1.

**Quadro 1 - Relação das Fontes de dados**

FONTE	DESCRIÇÃO QUALITATIVA	O QUE FOI OBSERVADO
LICENÇAS	Documento que qualifica as exigências para obter ou manter a autorização da atividade econômica potencialmente poluidora	Buscou-se obrigações (passivos ambientais) assumidas nas condicionantes das licenças ambientais que tendem a provocar mutação no patrimônio das empresas caso sejam realizadas.
AUTUAÇÕES DE ÓRGÃOS FISCALIZADORES	São penalidades pelo descumprimento de exigências do órgão fiscalizador	Buscam-se mutações patrimoniais provocadas pela Necessidade de gestão ambiental não realizada
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	Documento que apresenta os principais resultados alcançados, o qual divulga informações que possibilitem o conhecimento da instituição, assim como seus objetivos e políticas, em complemento as peças contábeis e notas explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras.	Buscou-se evidências que conotem AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL EM RELAÇÃO AS CONDICIONANTES AMBIENTAIS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	Documentos que fornecem informações contábil-financeira úteis a investidores existentes e em potencial, a credores e aos gestores para tomada de decisão	Buscaram-se evidências que conotem passivos ambientais registrados em tais documentos.

Fonte: CHESF e IBAMA (2016).

O instrumento de coleta de informações será um questionário para orientar a coleta em forma de quadros. O instrumento de intervenção foi análise de conteúdo.

No quadro 2 foram relacionadas as hidrelétricas da concessionária CHESF localizadas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

**Quadro 2 - Relação das hidrelétricas da concessionária CHESF**

Codificação	Hidrelétrica	Município	Estado

Fonte: IBAMA (2016).

Com a posse das licenças, deu-se início a investigação dos compromissos assumidos pelas hidrelétricas, e para melhor analisar tais documentos se fez necessário relacionar as condicionantes de todos os empreendimentos no quadro 3.

**Quadro 3 - Relação com conceitos de contabilidade**

Código	Descrição qualitativa das condicionantes	Análise da mutação patrimonial	Representação gráfica da mutação patrimonial
--------	--	--------------------------------	--

Fonte: IBAMA (2016).

Com o quadro 04 devidamente preenchido começou a busca por evidências que demonstrassem que as condicionantes que foram relacionadas no quadro produzissem algum efeito contábil, e para auxiliar na evidenciação onde foi possível construir o quadro 4 que relaciona cada condicionante com o conceito de contabilidade e onde evidenciar o fato contábil.

**Quadro 4 - Relação com conceitos de contabilidade e onde evidenciar o fato**

Código	Classificação contábil para um plano de conta	Procedimento contábil de registro	Informação contábil gerada
--------	---	-----------------------------------	----------------------------

Fonte: IBAMA (2016).

Para auxiliar na pesquisa foi utilizado o quadro 04, que caracterizou cada condicionante, de acordo com o fato ocorrido, ou se o fato era administrativo ou contábil. Dessa forma, ficou mais fácil de confrontar os dados consultados nas demonstrações contábeis que foram obtidas através do site <https://www.chesf.gov.br/relainvest/Pages/DemonstracoesFinanceiras/DemonstracoesFinanceiras2013e2014.aspx>. Os documentos foram recuperados em arquivos de extensão PDF, e identificados como relatório da administração da CHESF, que contém toda informação contábil, financeira, ambiental e social da empresa, e serviu de base para a investigação dos objetivos.

Depois de caracterizados os fatos ocorridos, no quadro 04 em que foram correlacionadas as condicionantes que caracterizaram ativo, passivo, receita e despesas e aplicado os conceitos que os definem e feito uma análise para melhor identificar o conceito ambiental e seus fatos.

Em busca de evidência que conotasse passivos ambientais no dia 11/02/2016, foi efetuada uma consulta no site, [https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta\\_empresendimentos.php](https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php), onde foram encontrados 05 autos de infração que foram catalogados no quadro a seguir.

**Quadro 5 - Relação dos Autos de Infração encontrados**

Ano	Processo	Valor R\$	Infração
-----	----------	-----------	----------

Fonte: IBAMA (2016).

Com o quadro 5 preenchido, deu início a busca por evidenciação das multas pagas e impugnadas nos relatórios contábeis da empresa.

### **3.3 Delimitação do Estudo**

As atividades potencialmente poluidoras são aquelas que utilizam os recursos naturais ou são capazes de causar danos ambientais, e por esse fato necessitam de licenciamento para exercerem suas atividades. (FARIAS, 2013)

As hidrelétricas são empreendimentos que podem causar grandes impactos ambientais e por esse fato estão obrigadas ao licenciamento ambiental conforme resolução Conama e lista de atividades potencialmente poluidoras fornecida pelo IBAMA.

Para esse estudo foi escolhido a Bacia hidrográfica do Rio São Francisco que corta os seguintes estados: Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe.

A ocorrência de mutações patrimoniais decorrentes da gestão ambiental é o foco da pesquisa. Nesse sentido, a investigação considera as condicionantes ambientais como potenciais passivos assumidos no processo de licenciamento e que tendem a resultar em mutação patrimonial (CARVALHO, 2007; COELHO, 2010).

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

Nessa seção encontram-se as informações necessárias para a análise dos dados, o atendimento dos objetivos propostos e os principais resultados.

As hidrelétricas que compõe a bacia hidrográfica do rio São Francisco estão demonstradas no quadro 2.

**Quadro 2 - Relação das hidrelétricas da concessionária CHESF**

Codificação	Hidrelétrica	Município	Estado
A	Apolônio Sales	Delmiro Gouveia	AL
B	Luiz Gonzaga	Petrolina	PE
C	Paulo Afonso I	Paulo Afonso	BA
D	Paulo Afonso II	Paulo Afonso	BA
E	Paulo Afonso III	Paulo Afonso	BA
F	Paulo Afonso IV	Paulo Afonso	BA
G	Sobradinho	Juazeiro/Petrolina	BA/PE
H	Xingó	Piranhas/Canindé	AL/SE

Fonte: IBAMA (2016).

Na análise verificou-se que as hidrelétricas, tem capacidade de gerar energia equivalente de 9.971.501 MW. (Por ano). Assim divididas: Apolônio Sales 400.000 MW, Luiz Gonzaga 1.479,600 MW, Paulo Afonso I 180,001 MW, Paulo Afonso II 443,000 MW, Paulo Afonso III 794,200 MW, Paulo Afonso IV 2.462,400 MW, Sobradinho 1.050,300 MW e Xingó 3.162,000 MW. Essa energia é distribuída em toda região nordeste e sudeste, contribuindo com o desenvolvimento econômico dessas regiões (MÜLLER, 1995).

No quadro 03 que encontra-se no apêndice A, foi feito uma correlação das condicionantes e seus respectivos fatos contábeis, para delimitar as necessidades de cada empreendimento no que diz respeito ao impacto ambiental gerado por cada um e as medidas a serem tomadas para gerar um sistema de gestão ambiental.

As condicionantes de 1 a 5 são comuns a todas as hidrelétricas, estas condicionantes enfatizam a importância de seguir o compromisso afirmado e respeitar os prazos de renovação das respectivas licenças, bem como, comunicar aos órgãos fiscalizadores toda e qualquer mudança na atividade do empreendimento.

As demais condicionantes requerem das hidrelétricas empenho no atendimento de suas exigências, sendo elas, relatórios que demonstrem o andamento das exigências impostas como: estudos de impactos ambientais, programas de educação

ambiental para a população que vive em volta dos empreendimentos ou são afetadas pelos mesmos, monitoramento da fauna e da flora, criação de subestações hidrosanitárias e os prazos para cumprir esses compromissos. Tudo elencado acima está passível de multa e intervenção do órgão fiscalizador, podendo até paralisar as atividades do empreendimento, alguns envolvem desembolso de caixa e mutação patrimonial, como mostra o quadro 3.

Verificando o quadro 3 pode-se observar o seguinte: As condicionantes 02, 05, 7, 9, 10, 20, 21, 23, 25, 29, 30, 33, 35, 39, 40, não conotou nenhum ato administrativo que deva ser tratado como ativo, passivo, despesa ou receita ambiental. E essa condição se aplicou a todas as hidrelétricas.

As condicionantes 1, 3, 4, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45 e 46, foram identificadas como despesas ambientais, são as exigências do Órgão fiscalizador para funcionamento do empreendimento, tais como: Educação ambiental, recuperação e conservação do uso do entorno, recuperação dos processos erosivos, inventario do ecossistema, tratamento dos esgotos, manutenção dos viveiros de mudas, reflorestamentos e repovoamento de peixes, em todos os casos ocorre fatos contábeis modificativos diminutivo (SILVA, 2008), gerado pelo termo de compromisso, e por consequência acontece a mutação patrimonial de forma a impactar o patrimônio de forma negativa, ou seja alteração de natureza e valor (SZUSTER; CARDOZO, 2013).

Verificando as condicionantes não foi identificado nenhum fato contábil que demonstrasse ser receita ambiental.

Quando analisado as condicionantes 12, 15, 18, 26 e 28, percebeu-se que foi exigido pelo IBAMA, a construção de viveiros de mudas nativas e estações de tratamento de esgotos, fato esse que caracteriza ativo ambiental conforme (KRAEMER, 2000), os fatos contábeis envolvidos nesses eventos serão os permutativos porque nesse caso acontecerá apenas troca entre os elementos patrimoniais (SILVA, 2008) não ocorrendo impacto no patrimônio líquido da entidade.

Na condicionante 4 observou-se a possibilidade de ocorrência de um passivo ambiental, porém depende de acontecimentos de eventos que gere o provável passivo, que seriam: Violação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença e graves riscos ambientais, no caso de acontecimentos de quaisquer dos eventos descritos, o passivo será reconhecido (COSTA, 2012), na hipótese do acontecimento,

ocorrera um fato contábil modificativo diminutivo (SILVA, 2008), e também por consequência, alteração no patrimônio líquido de forma negativa, com alterações de valores (SZUSTER; CARDOZO, 2013).

Também no quadro 03 foram relacionadas as condicionantes do termo de compromisso das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA de forma qualitativa. Tais condicionantes serviram de parâmetros para caracterizar informações importantes como sistema de gestão ambiental e identificar mutações patrimoniais como passivos ambientais.

A representação gráfica das mutações patrimoniais do quadro 03, mostra o comportamento, dos elementos contábeis em relação aos fatos contábeis exigidos pelas condicionantes, onde setas para cima demonstram um aumento na posição da conta e seta para baixo uma redução na posição da conta. Porém, em algum caso apenas uma troca de valores entre contas. A mutação patrimonial acontecerá apenas quando as setas forem identificadas no patrimônio líquido do gráfico.

No quadro 04 que encontra-se no apêndice B, foi utilizado para caracterizar os fatos contábeis identificados nas condicionantes transcritas nas licenças ambientais. A partir de cada compromisso, foi analisado qual tipo de mutação patrimonial poderia ocorrer, e dessa forma foi alimentado com a característica da ação a ser tomada pelo empreendimento.

Nas condicionantes do quadro 04 foram classificados os conceitos de contabilidade que caracteriza a natureza da conta contábil sua localização devidamente evidenciada nos relatórios contábeis, nos seus grupos e subgrupos.

As despesas ambientais identificadas nas condicionantes 1, 3, 4, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45 e 46, deveriam constar na D.R.E dos períodos investigados, 2013, 2014 e 2015, ou pelo menos informadas nas notas explicativas dos mesmos períodos, mas não foram localizadas nas demonstrações contábeis.

Nas condicionantes 12, 15, 18, 26 e 28 identificadas como ativos ambientais, foi investigado nos balanços patrimoniais dos períodos de 2013, 2014 e 2015, porém não foram localizadas nos relatórios contábeis emitidos pela empresa.

No caso da condicionante 4, um provável passivo que poderia acontecer, de fato não devem estar evidenciados nas demonstrações contábeis, nesse caso só devem ser reconhecidos os passivos ambientais quando houver a certeza de sua realização (COSTA, 2012).

A CHESF apresentou Balanço social e Balanço ambiental nos anos de 2013 a 2015, onde fica destacado os investimentos e gastos com educação ambiental da comunidade, manutenção nos processos operacionais para melhoria ambiental, recuperação de áreas degradadas, educação ambiental para empregados, autônomos, administradores, valores de multas e indenizações relativa a matéria ambiental, processos ambientais movidos contra a entidade, reassentamento familiar, saúde, infraestrutura, cultura, esporte e lazer, tudo separadamente das demonstrações contábeis, e não foram identificados nos relatórios contábeis, D.R.E. para as despesas ambientais e Balanço Patrimonial para os ativos ambientais.

A condicionante 42 é transcrita da seguinte forma: Apresentar, no prazo de nove meses, detalhamento de todos os projetos de reassentamento criados em decorrência do empreendimento, incluindo mapas, estágio atual, evolução histórica, propostas para o futuro e o levantamento minucioso dos passivos, com as respectivas propostas de ações. Como a investigação é referente aos exercícios de 2013, 2014 e 2015, percebe-se que o prazo de nove meses já foi extrapolado e não foi localizado nenhum passivo ambiental no balanço patrimonial e nem tão pouco no balanço social e ambiental, as multas emitidas contra a empresa e contestadas aguardando o resultado do julgo caracterizam um passivo ambiental que deveria estar nos relatórios contábeis.

No quadro 05 estão relacionados os autos de infração emitidos pelo órgão fiscalizador nesse caso foi o IBAMA

No ano de 2013, a CHESF deixou de apresentar ou apresentou relatórios exigidos nas condicionantes fora do prazo gerando um auto de infração que a empresa quitou assumindo assim uma despesa ambiental e demonstrou uma falha no seu sistema de gestão ambiental.

Em 2014 a empresa sofreu 03 (três) autos de infração, pelo mesmo motivo, descumprimento das condicionantes, 01 (um) foi quitado gerando uma despesa ambiental, os outros 2 (dois), foram impugnados e estão aguardando decisão administrativa favorável, nesse caso observa-se passivo ambiental.

Por sua vez em 2015, ocorre 01 (um) auto de infração pelos mesmos motivos de 2014 e encontra-se em situação similar, aguardando decisão administrativa e um passivo ambiental identificado.

**Quadro 5 - Relação dos Autos de Infração encontrados**

Ano	Processo	Valor R\$	Infração	Situação do Passivo
2013	02001.004494/2013-40	21.000,00	Deixar de apresentar relatório/informações ambientais nos prazos exigidos (quitado)	Quitado: Sem passivo a demonstrar
2014	02001.004152/2014-19	500.500,00	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes. Deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental. (quitado)	Quitado: Sem passivo a demonstrar
2014	02001.004107/2014-56	101.000,00	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes. Deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental. (em recurso)	Impugnado: Passivo a ser evidenciado no balanço patrimonial de 2014.
2014	02001.004168/2014-13	174.000,00	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes. Deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental. (em recurso)	Impugnado: Passivo a ser evidenciado no balanço patrimonial de 2014.
2015	02001.002720/2015-10	350.500,00	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes. Deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental. (em recurso)	Impugnado: Passivo a ser evidenciado no balanço patrimonial de 2014.

Fonte IBAMA (2016).

Diante dos dados da pesquisa, é possível inferir que os registros contábeis que poderiam ser realizados são: a) Para as multas quitadas reconhecimento de uma

despesa ambiental, podendo ser classificada como Multa por infração e em contra partida suprimento de caixa ou banco. b) Para as multas contestadas reconhecimento de uma despesa ambiental, multa por infração e em contra partida um passivo ambiental, classificada como multas ambientais a pagar (CPC 25, 2017).

Os autos de infrações quitados foram identificados apenas no balanço ambiental não sendo evidenciados nas Demonstrações de Resultados do Exercício dos períodos investigados, já os contestados, não foram evidenciados no passivo ambiental do Balanço patrimonial da entidade, e nenhum dos mesmos foram localizados nas notas explicativas emitidas pelo relatório da entidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi demonstrar procedimentos contábeis para melhorar a evidenciação de informações da gestão ambiental de condicionantes exigidas em licenças ambientais de hidrelétricas. A pergunta que norteou as investigações foi: **Como a gestão ambiental de condicionantes exigidas e, de licenças ambientais das hidrelétricas do Rio São Francisco podem ser evidenciadas numa perspectiva contábil?**

Para responder a pergunta de pesquisa foram delineados dois objetivos específicos que ajudaram no atendimento ao objetivo geral.

O primeiro objetivo foi Identificar mutações patrimoniais a partir das Condicionantes exigidas nas licenças ambientais.

As condicionantes em questão foram as licenças ambientais emitidas pelo IBAMA onde dos 46 compromissos assumidos nos 8 (oito) termos de compromisso, 15 não tinham conotações contábeis, não eram despesas, receitas, ativos nem passivos ambientais, quanto ao restante: 30 (trinta) foram identificadas como despesas ambientais, 6 (seis) como ativos ambientais e 1 (um) provável passivo que depende de condições para que se realize, que deveriam estar evidenciados nos seus respectivos relatórios, Balanço patrimonial para os passivos ambientais e ativos ambientais e Demonstração do resultado de exercício e notas explicativas para as despesas ambientais com exceção do passivo.

Mesmo apresentando no relatório da administração as informações ambientais e sociais que demonstravam os gastos e investimentos como manda a legislação, não destacar nas devidas demonstrações contábeis os fatos contábeis ambientais ocorridos tira toda a fidedignidade e por consequência a utilidade da informação (IASB-BV, 2011).

O segundo e último objetivo foi Descrever procedimentos contábeis para produzir informações da gestão ambiental das condicionantes exigidas em licenças ambientais.

O procedimento contábil a ser seguido é a criação de subcontas ambientais nos relatórios contábeis onde as despesas ambientais ficariam a débitos nas contas da D.R.E e créditos em passivos ambientais ou obrigações ambientais a pagar, já os ativos ambientais ficariam no imobilizado ambiental a credito de um suprimento de recurso. (CPC 25, 2017)

As multas, relacionadas no quadro 05, estavam destacadas no balanço ambiental e social da empresa, porém as assumidas não foram destacadas na Demonstração do Resultado do Exercício do respectivo ocorrido, e as contestadas deveriam estar em uma conta do passivo no balanço patrimonial e informada nas notas explicativas da entidade.

Fica notório que a relação da atividade exercida pelo empreendimento no meio ambiente está ligada diretamente ao seu patrimônio por intermédio do estado e sua regulamentação, estando o patrimônio da empresa disponível para atender os termos de compromisso emitidos nas licenças ambientais, chamados de condicionantes. Inclusive na condicionante 42, que é exigências do órgão fiscalizador, é fazer levantamento dos passivos que venham a ocorrer, reforçando o vínculo da atividade econômica do empreendimento com a obrigação de reparar todo e qualquer dano que venha a ser gerado pelo exercício de sua atividade (CPC 25, 2017).

A limitação do presente estudo foi a comparação com outras bacias hidrográficas e suas hidrelétricas dado a peculiaridade de cada empreendimento e sua posição geográfica.

A pesquisa tem como contribuição sua aplicabilidade prática para os profissionais contábeis, na identificação de elementos e fatos contábeis ambientais, nos termos de compromisso das empresas para com o meio ambiente, representados nesse caso pelo IBAMA. Dessa forma esse trabalho ajuda o controle no exercício da gestão ambiental, e ainda, pode sugerir indicadores de desempenho sobre a realização das condicionantes, servindo de base para futuros estudos que venham a enriquecer e buscar soluções para o tema conflitante que é a evidenciação dos passivos ambientais nos relatórios contábeis.

Não se pode afirmar que a CHESF não realiza ou divulga informações sobre gestão ambiental das condicionantes. Essa pesquisa, demonstra que é possível, numa perspectiva contábil, melhorar a evidenciação de informação ambiental para usuários externos.

## REFERÊNCIAS

ANTONIUS, P.A.J. **A exploração dos recursos naturais face a sustentabilidade e gestão ambiental**: uma reflexão teórico-conceitual. Belém – PA: NAEA, 1999.

BERGANINE JR., S. Custos emergentes na contabilidade ambiental. **Revista pensar contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 3-11, ago./out. 2000.

BERLOT; Ribeiro. Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás. A repercussão ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos. **Revista adm. contep**. Curitiba, v. 10, n.2, jun. 2016.

BRAGA, C. **Contabilidade ambiental**: ferramenta para gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGA, C. **Contabilidade ambiental ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRUNDTLAND, G. H. **Relatório da ONU**: conceito de desenvolvimento sustentável. Estocolmo, 1990.

CARVALHO, G. M. B. de. **Contabilidade ambiental**: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN. P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COELHO, C. **Passivos ambientais com base nos relatórios de impacto ambiental**: Um estudo das atividades de energia hidrelétrica de Santa Catarina. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94283/279460.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 set. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Contábeis Básico (R1)**. Disponível em:<[static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.PDF](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.PDF)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF. **Relatório de gestão do exercício 2013**. Disponível

em: <<https://www.chesf.gov.br/relainvest/pages/DemonstraçõesFinanceiras/demonstraçõesFinanceiras2012e2013.aspx>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão do exercício 2014**. Disponível em: <<https://www.chesf.gov.br/relainvest/pages/DemonstraçõesFinanceiras/demonstraçõesFinanceiras2013e2014.aspx>>. Acesso em: 15/02/2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do Exercício 2015**. Disponível em: <<https://www.chesf.gov.br/relainvest/pages/DemonstraçõesFinanceiras/demonstraçõesFinanceiras2014e2015.aspx>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

COSTA, C. A. G. da. **A contabilidade ambiental**. São Paulo: Atlas 2012

FARIAS, T. **Direito ambiental tópicos especiais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **Licenciamento ambiental aspectos teóricos e práticos**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade ambiental uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRENDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA. **Licenças Ambientais**, Disponível em: <[https://serviços.ibama.gov.br/licenciamento/consulta\\_empresadiretos.php](https://serviços.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresadiretos.php)>. Acesso em: 11 fev. 2017.

IUDÍCIBUS, S. de, MARION J. C. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

KRAEMER, M. E. P. **Passivo ambiental**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/passivo-ambiental/passivo-ambiental.shtml#oque>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 20. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, E., DE LUCA, M. M. Ecologia via Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília – DF, ano 23, n. 86, p.20-29, mar. 1994.

MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

QUEIROZ, R. L. S., QUEIROZ, E. S. A contabilidade como um instrumento de gestão ambiental e empresarial, e sua contribuição à melhoria da qualidade de vida planetária. **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro – RJ, ano 3, n. 09, p.78-83, ago./out. 2000.

RIBEIRO, M. de S. LISBOA, L. P. Passivo ambiental. In: **Revista Brasileira de Contabilidade** – Suplemento especial, ano 29, n.126 , p. 8-19. nov./dez. 2000.

SACHS, I.. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, B. G. da. **Contabilidade ambiental sob a ótica da contabilidade financeira**. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, B. G. **Contabilidade ambiental: sob a ótica da contabilidade financeira**. Curitiba: JURUA, 2008.

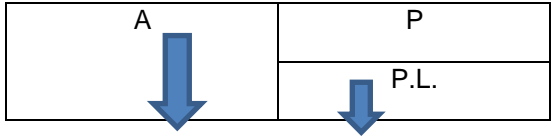
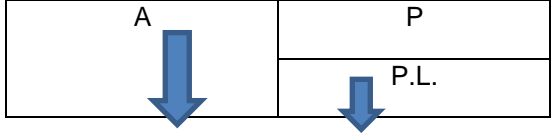
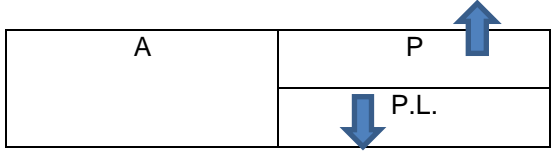
SOUZA, V. RIBEIRO, M. de S. Aplicação da Contabilidade ambiental na Industria Madeireira. **Revista Contabilidade & Finanças**, ano 2004, n. 35, maio/ago. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1519-70772004000200005>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

SZUSTER, N.; CARDOSO, L.; SZUSTER, F. R. et al. **Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2013.

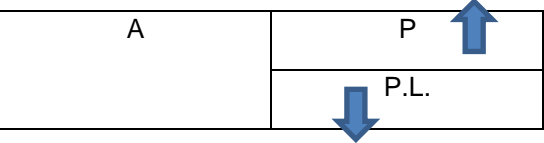
VELLANI, C. L. **Contabilidade e responsabilidade social integrando desempenho econômico, social e ecológico**. São Paulo: Atlas, 2011.














WYATT, N. **Orçamentos e previsões**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2014.

## APÊNDICE A - Relação com conceitos de contabilidade

Item	Descrição qualitativa das condicionantes	Análise da mutação patrimonial	Conceitos contábeis relacionados a mutação patrimonial	Representação gráfica da mutação patrimonial
1	A concessão desta licença de Operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Conama n 066/86, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao Ibama	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços	
3	- A renovação desta Licença de Operação deverá ser requerida em conformidade com a Resolução Conama n 237/97.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços	
4	- O Ibama deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 4.1 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;</li> </ul>	<b>Fato contábil permutativo:</b> Hipótese de realização: Ato administrativo feito através de requerimento, o ato em si Não causa mutação patrimonial, porem a	<b>Fato contábil permutativo:</b> <b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços	







	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4.2 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença</li> <li>• 4.3 - Graves riscos ambientais ou de saúde</li> </ul>	<p>consequência do comunicado pode paralisar as atividades ou gerar passivos ambientais, mas para isso precisa ser analisado a natureza do mesmo.</p>	<p><b>Passivo ambiental</b> é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou um custo ambiental</p>																			
6	<p>Detalhar num prazo de 180 dias, todos os programas ambientais propostos pela empresa a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 6.1 - Programa de Comunicação, Educação, Saúde Ambiental.</li> <li>• 6.2 - Programa de Educação Histórico Patrimonial do Entorno do Empreendimento Complexo Paulo Afonso.</li> </ul> <p>6.3 - Plano de uso do entorno dos Reservatórios, que deve ser feito de acordo com a Resolução do Conama n 302/2002, a partir do termo de referência emitido pelo Ibama. Deve-se levar em conta a compatibilização com a legislação de uso do solo dos municípios, em especial o Plano Diretor do Município de Paulo Afonso.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 6.4 - Programa de identificação dos Processos Erosivos no Entorno do Reservatório do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso.</li> </ul>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<p><b>Para o programa de educação ambiental:</b></p> <table border="1" data-bbox="1563 528 2107 647"> <tr> <td style="text-align: center;">A</td> <td style="text-align: center;">P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L.</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↓ ↑</td> </tr> </table> <p><b>Uso do entorno</b></p> <table border="1" data-bbox="1563 762 2107 882"> <tr> <td style="text-align: center;">A</td> <td style="text-align: center;">P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L.</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↑ ↓</td> </tr> </table> <p><b>Processos erosivos</b></p> <table border="1" data-bbox="1563 997 2107 1117"> <tr> <td style="text-align: center;">A</td> <td style="text-align: center;">P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L.</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↓ ↑</td> </tr> </table>	A	P		P.L.		↓ ↑	A	P		P.L.		↑ ↓	A	P		P.L.		↓ ↑
A	P																					
	P.L.																					
	↓ ↑																					
A	P																					
	P.L.																					
	↑ ↓																					
A	P																					
	P.L.																					
	↓ ↑																					

	<ul style="list-style-type: none"> <li>6.5 - Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso. Acrescentar as medições específicas de salinidade e incluir o subprograma de sedimentologia abordando os seguintes tópicos: <ul style="list-style-type: none"> <li>6.5.1 Identificar as cargas sólidas afluentes ao reservatório, para o acompanhamento dos efeitos decorrentes do processo erosivos, levando e conta as taxas de sedimentação.</li> <li>6.5.2 Avaliar o transporte de sedimentos dentro do reservatório de Itaparica, através de medições das descargas líquidas e sólidas, em períodos que caracterizem um ciclo hidrológico.</li> <li>6.5.3 Avaliar quão comprometidas podem ficar em termos quantitativos as águas do reservatório, face as características das cargas sólidas afluentes</li> </ul> </li> <li>6.6 Programa de recuperação de áreas degradadas no entorno das usinas do Complexo hidrelétrico Paulo Afonso</li> </ul>			<p><b>Inventario dos ecossistemas</b></p> 
8	Acrescentar, num prazo de 180 dias e com o mesmo detalhamento, os seguintes	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b>	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra,	










	<p>programas ambientais propostos pelo Ibama:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 8.1 - Programa de Apoio Institucional aos Municípios do Entorno dos Reservatórios, com o objetivo de capacitá-los a captar recursos para investimentos nas áreas de saneamento, meio ambiente e desenvolvimento econômico;</li> <li>• 8.2 - Programa de Fornecimento de Apoio Técnico as Atividades Agrícolas;</li> <li>• 8.3 - Programa de monitoramento das Fontes Externas de Poluição aos Reservatórios;</li> <li>• 8.4 - Programa de Conservação da Fauna Terrestre.</li> </ul>	<p>Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p>amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<table border="1" data-bbox="1568 220 2112 339"> <tr> <td data-bbox="1568 220 1839 276">A</td> <td data-bbox="1839 220 2112 276">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 276 1839 339"></td> <td data-bbox="1839 276 2112 339"> P.L.</td> </tr> </table>	A	P 		 P.L.
A	P 							
	 P.L.							
11	<p>Apresentar um plano de revitalização e organização das áreas de visitação no Complexo de Paulo Afonso, que deve ser integrado às atividades de comunicação ambiental, comunicação social e educação histórico-patrimonial propostas.</p>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<p><b>Para o programa de educação ambiental:</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 967 2112 1086"> <tr> <td data-bbox="1568 967 1839 1023">A</td> <td data-bbox="1839 967 2112 1023">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 1023 1839 1086"></td> <td data-bbox="1839 1023 2112 1086"> P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Uso do entorno</b> </p>	A	P 		 P.L.
A	P 							
	 P.L.							



















				<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">A</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↓ P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Processos erosivos</b></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">A</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">P ↑</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↓ P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Inventario dos ecossistemas</b></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">A</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">P ↑</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P		↓ P.L.	A	P ↑		↓ P.L.	A	P ↑		↓ P.L.
A	P															
	↓ P.L.															
A	P ↑															
	↓ P.L.															
A	P ↑															
	↓ P.L.															
12	<p>Apresentar, no prazo de um ano, estudo sobre as potencialidades econômicas do município de Glória, de modo a mitigar o impacto da relocação da cidade. Deve ser também apresentado e executado o projeto do sistema de tratamento dos esgotos da área urbana.</p>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p> <p><b>Fato Contábil Permutativo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos de longo prazo. Porém os recursos investidos nos gastos</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p> <p><b>Construção da estação de tratamento do esgoto.</b></p> <p><b>Ativos ambientais</b> são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, e dos quais se espera obter benefícios</p>	<p><b>Tratamento do esgoto</b></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">A</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">P ↑</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.								
A	P ↑															
	↓ P.L.															

		serão ativados, não acontecendo alteração no Patrimônio.	futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio ambiente.	<p><b>Construção da estação de tratamento do esgoto.</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 252 2112 371"> <tr> <td data-bbox="1568 252 1839 371" style="text-align: center;">↑</td> <td data-bbox="1839 252 2112 371" style="text-align: center;">↑ P P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Ativação da estação de tratamento de esgoto</b></p> <table border="1" data-bbox="1588 544 2136 691"> <tr> <td data-bbox="1588 544 1863 691" style="text-align: center;">A ↑</td> <td data-bbox="1863 544 2136 691" style="text-align: center;">P P.L.</td> </tr> </table>	↑	↑ P P.L.	A ↑	P P.L.
↑	↑ P P.L.							
A ↑	P P.L.							
13	<p>No Programa de Controle de Erosão e Recuperação das Áreas Degradadas, criar os seguintes subprogramas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 13.1 - subprograma de Monitoramento das Encostas, com os seguintes objetivos:</li> <li>• 13.1.1 - identificar as áreas críticas marginais ao reservatório, com maior potencial de ocorrência de fenômenos de instabilização de encostas;</li> <li>• 13.1.2 - apresentar mapeamento das encostas, indicando quais áreas que apresentam riscos de</li> </ul>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<p><b>Uso do entorno:</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 866 2112 986"> <tr> <td data-bbox="1568 866 1839 986" style="text-align: center;">A</td> <td data-bbox="1839 866 2112 986" style="text-align: center;">P ↑ ↓ P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Processos erosivos</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 1102 2112 1222"> <tr> <td data-bbox="1568 1102 1839 1222" style="text-align: center;">A</td> <td data-bbox="1839 1102 2112 1222" style="text-align: center;">P ↑ ↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑ ↓ P.L.	A	P ↑ ↓ P.L.
A	P ↑ ↓ P.L.							
A	P ↑ ↓ P.L.							

	<p>deslizamento em função do potencial erosivo dos solos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 13.1.3 - definir medidas e ações específicas para minimização dos riscos, levando em consideração os problemas intrínsecos a cada área identificada.</li> <li>• 13.1.4- acompanhar de forma sistemática a evolução dos escorregamentos das áreas críticas, tendo como referência as novas situações de equilíbrio das encostas.</li> <li>• 13.2 - Subprograma de Monitoramento do Assoreamento do Corpo D' água com os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 13.2.1 – identificar as áreas assoreadas</li> <li>• 13.2.2 - adotar medidas que preservem e recomponham a vegetação nas áreas desmatadas;</li> <li>• 13.2.3- avaliar a perda de solo e assoreamento no corpo d'água resultante de processos erosivos associados a estradas vicinais;</li> <li>• 13.2.4 – acompanhar e avaliar a taxa de deposição de sedimentos no reservatório.</li> </ul> </li> </ul>			<p><b>Inventario dos ecossistemas</b></p> <table border="1" data-bbox="1563 335 2112 454"> <tr> <td data-bbox="1563 335 1839 395">A</td> <td data-bbox="1839 335 2112 395">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1563 395 1839 454"></td> <td data-bbox="1839 395 2112 454"> P.L.</td> </tr> </table>	A	P 		 P.L.
A	P 							
	 P.L.							

14	<p>Apresentar, no prazo de 90 dias, o detalhamento todos os programas ambientais, a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 14.1 – Plano de controle de erosão, que deverá contemplar levantamento e contenção de processos a recuperação e preservação das matas ciliares.</li> <li>• 14.2 – Plano de Controle de Assoreamento, informando a taxa de assoreamento do reservatório, a contribuição das cargas de sedimentos do rio São Francisco e do campo de dunas nesse processo, necessidade e periodicidade de dragagem, destinação final do material a ser dragado.</li> <li>• 14.3 – Programa para a Conservação da Fauna, com levantamento nas áreas do entorno do reservatório e a consolidação da proposta da construção do CETAS.</li> <li>• 14.4 - O programa “Inventário dos Ecossistemas Aquáticos”, apresentado por meio do ofício CE-DEMG-077/2006 de 24.4.2006, acrescentando: <ul style="list-style-type: none"> <li>i – O monitoramento de agrotóxicos precisa se estender para o componente do sedimento.</li> <li>li - Identificar as prováveis fontes da presença de óleos e</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<p><b>Para o programa de educação ambiental:</b></p> <table border="1" data-bbox="1563 331 2112 454"> <tr> <td data-bbox="1563 331 1839 391">A</td> <td data-bbox="1839 331 2112 391">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1563 391 1839 454"></td> <td data-bbox="1839 391 2112 454">↓ P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Uso do entorno</b></p> <table border="1" data-bbox="1563 566 2112 689"> <tr> <td data-bbox="1563 566 1839 625">A</td> <td data-bbox="1839 566 2112 625">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1563 625 1839 689"></td> <td data-bbox="1839 625 2112 689">↓ P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Processos erosivos</b></p> <table border="1" data-bbox="1563 801 2112 924"> <tr> <td data-bbox="1563 801 1839 860">A</td> <td data-bbox="1839 801 2112 860">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1563 860 1839 924"></td> <td data-bbox="1839 860 2112 924">↓ P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Inventario dos ecossistemas</b></p> <table border="1" data-bbox="1563 1035 2112 1158"> <tr> <td data-bbox="1563 1035 1839 1094">A</td> <td data-bbox="1839 1035 2112 1094">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1563 1094 1839 1158"></td> <td data-bbox="1839 1094 2112 1158">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.	A	P ↑		↓ P.L.	A	P ↑		↓ P.L.	A	P ↑		↓ P.L.
A	P ↑																			
	↓ P.L.																			
A	P ↑																			
	↓ P.L.																			
A	P ↑																			
	↓ P.L.																			
A	P ↑																			
	↓ P.L.																			

	<p>graxas no reservatório e apresentar informações que isentam a empresa da culpa e;</p> <p>lii - Elaborar um plano de contenção e remoção do fósforo total.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 14.5 - Programa de recuperação de Áreas Degradadas – PRAD</li> <li>• 14.6 – Programa de Educação e Saúde Ambiental integrado com as atividades de Comunicação Social.</li> <li>• Programa Sobradinho para associação das vertentes de capacitação profissional, fortalecimento das noções de cidadania e respeito ao meio ambiente.</li> </ul>											
15	<p>Apresentar, num prazo de 90 dias, os seguintes documentos e relatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 15.1 – relatório detalhado e consolidado de todas as atividades executadas até o momento;</li> <li>• 15.2 - proposta para implementação de um viveiro de mudas nativas;</li> <li>• 15.3 - informações qualitativas e quantitativas sobre o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos na área de influência, bem como as atividades que vem sendo desenvolvidas e propostas pela CHESF;</li> </ul>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p> <p><b>Fato Contábil Permutativo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos de longo prazo. Porém os recursos investidos nos gastos serão ativados, não acontecendo alteração no Patrimônio.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p> <p><b>Ativos ambientais</b> são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, e dos quais se espera obter benefícios futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio</p>	<p><b>Construção do viveiro de mudas nativas.</b></p> <table border="1"> <tr> <td> A</td> <td> P</td> </tr> <tr> <td></td> <td>P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Ativação do viveiro de mudas nativas</b></p> <table border="1"> <tr> <td> A</td> <td>P</td> </tr> <tr> <td></td> <td>P.L.</td> </tr> </table>	 A	 P		P.L.	 A	P		P.L.
 A	 P											
	P.L.											
 A	P											
	P.L.											
















	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 15.4 – informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias que foram desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente;</li> <li>• 15.5 - informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.</li> </ul>			<p style="text-align: center;"><b>Informações sobre uso de fertilizantes</b></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 50px;">A</td> <td style="text-align: center; width: 50px;">P </td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L. </td> </tr> </table> <p style="text-align: center;"><b>Informações sobre as indenizações e reassentamentos</b></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 50px;"> A</td> <td style="text-align: center; width: 50px;">P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L. </td> </tr> </table>	A	P 		P.L. 	 A	P		P.L. 
A	P 											
	P.L. 											
 A	P											
	P.L. 											
16	<p>Apresentar mapa, no prazo de 120 dias, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 16.1 – escala 1:10.000</li> <li>• 16.2 – impressão em papel tipo acetado ou glossy papel tamanho A0;</li> <li>• 16.3 - deve-se encaminhar as mídias (CDs e DVDs), contendo todos os dados utilizados na confecção dos mapas supracitados;</li> <li>• 16.4 – as imagens de satélite deverão conter resolução espacial adequada a escala numérica supramencionada</li> </ul>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 50px;"></td> <td style="text-align: center; width: 50px;">P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L. </td> </tr> </table>		P		P.L. 				
	P											
	P.L. 											

	<p>(resolução mínima de 5m X 5M); e</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 16.5 – as composições coloridas das referidas imagens poderão ser produtos de fusão entre cenas pancromáticas e multiespectrais, sem que se prejudique a resolução espacial, bem como a realidade espectral dos alvos sob análise.</li><li>• 16.6 – as imagens deverão ser encaminhadas em formato GEOTIFF; e</li><li>• 16.7 – os dados vetoriais (base cartográfica e dados temáticos) deverão ser encaminhados em formato ESRI Shapefile.</li></ul> <p>O mapa deve conter as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 16.8 – imagens recentes e coloridas da região do reservatório provenientes de sensores orbitais a bordo de satélites ou sensores analógicos/digitais aerotransportados;</li><li>• 16.9 - localização de todas as áreas utilizadas pela empresa no momento da construção do reservatório tais como: áreas de empréstimo, bota-fora, canteiro de obras, entre outras;</li><li>• 16.10 – localização de áreas a serem recuperadas pelo</li></ul>			
--	---	--	--	--

	<p>Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 16.11 – localização de áreas com vegetação nativa, inclusive dos campos de dunas e unidades de conservação municipais/estaduais/federais na área de influência indireta do empreendimento, identificando-as e categorizando-as quanto ao status de conservação e regeneração;</li><li>• 16.12 – localização da faixa de vegetação do entorno do reservatório, inclusive as áreas de dunas, identificando-as e categorizando-as quanto ao status de conservação e regeneração;</li><li>• 16.13 – pontos de coletas de a serem monitorados pelos programas de conservação da Fauna e do programa de Ecossistemas Aquáticos;</li><li>• 16.14 – pontos de coletas de a serem monitorados pelos programas de conservação da Fauna e do Programa de Conservação da Fauna;</li><li>• 16.15 – limites municipais, indicando as respectivas cidades e povoados.</li></ul>			
--	--	--	--	--



















17	Apresentar, no prazo de um ano, Plano de Uso do Entorno dos Reservatórios, que deve ser feito de acordo com os preceitos da Resolução Conama nº. 302/2002, a partir do termo de referência emitido pelo Ibama, levando –se em conta a compatibilização com a legislação de uso do solo dos municípios.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.	<b>Assessoria profissional</b> <table border="1" data-bbox="1570 220 2112 339"> <tr> <td data-bbox="1570 220 1839 276">A</td> <td data-bbox="1839 220 2112 276">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1570 276 1839 339"></td> <td data-bbox="1839 276 2112 339">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.								
A	P ↑															
	↓ P.L.															
18	Apresentar, no primeiro relatório anual, a situação detalhada e atualizada do esgotamento sanitário da área urbana das sedes relocadas pelo empreendimento. Caso não tenham sido instalados dispositivos para tratamento na época da construção da usina, executar o sistema de esgoto ao longo do período de vigência da licença.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.  <b>Fato Contábil Permutativo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos de longo prazo. Porém os recursos investidos nos gastos serão ativados, não acontecendo alteração no Patrimônio.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.  <b>Ativos ambientais</b> são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, e dos quais se espera obter benefícios futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio	<b>Construção da estação de tratamento de esgoto</b> <table border="1" data-bbox="1570 528 2112 647"> <tr> <td data-bbox="1570 528 1839 584">↑ A</td> <td data-bbox="1839 528 2112 584">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1570 584 1839 647"></td> <td data-bbox="1839 584 2112 647">P.L.</td> </tr> </table> <b>Ativação da estação de tratamento de esgoto</b> <table border="1" data-bbox="1592 762 2134 882"> <tr> <td data-bbox="1592 762 1861 818">↑ A</td> <td data-bbox="1861 762 2134 818">P</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1592 818 1861 882"></td> <td data-bbox="1861 818 2134 882">P.L.</td> </tr> </table> <b>Tratamento do esgoto</b> <table border="1" data-bbox="1570 997 2112 1117"> <tr> <td data-bbox="1570 997 1839 1053">A</td> <td data-bbox="1839 997 2112 1053">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1570 1053 1839 1117"></td> <td data-bbox="1839 1053 2112 1117">↓ P.L.</td> </tr> </table>	↑ A	P ↑		P.L.	↑ A	P		P.L.	A	P ↑		↓ P.L.
↑ A	P ↑															
	P.L.															
↑ A	P															
	P.L.															
A	P ↑															
	↓ P.L.															



















19	<p>Atender, a Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003, do IPHAN, que diz que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos deverão prever a execução de projetos de levantamento, prospecção. Resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.</p>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<p><b>Projeto e levantamento</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 220 2112 339"> <tr> <td data-bbox="1568 220 1839 339">A</td> <td data-bbox="1839 220 2112 276">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 276 1839 339"></td> <td data-bbox="1839 276 2112 339">↓ P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Reflorestamento</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 454 2112 574"> <tr> <td data-bbox="1568 454 1839 574">A</td> <td data-bbox="1839 454 2112 510">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 510 1839 574"></td> <td data-bbox="1839 510 2112 574">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.	A	P ↑		↓ P.L.
A	P ↑											
	↓ P.L.											
A	P ↑											
	↓ P.L.											
22	<p>Iniciar no prazo máximo de 120 dias a execução dos programas sugeridos no relatório final no Programa da Avaliação Econômica dos Pescadores do baixo São Francisco.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 22.1 – Programa de Incentivo ao Associativismo e ao Cooperativismo para as Colônias de Pescadores do baixo São Francisco;</li> <li>• 22.2- Programa Jovens pescadores;</li> <li>• 22.3 – Programa de Capacitação dos Pescadores;</li> <li>• 22.4- Programa de Educação e Saúde Ambiental para Pescadores do Baixo São Francisco;</li> <li>• 22.5- Programa de Resgate Cultural;</li> </ul>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<p><b>Assessoria profissional</b></p> <table border="1" data-bbox="1585 746 2136 866"> <tr> <td data-bbox="1585 746 1861 866">A</td> <td data-bbox="1861 746 2136 802">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1585 802 1861 866"></td> <td data-bbox="1861 802 2136 866">↓ P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Repovoamento de peixes</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 981 2112 1101"> <tr> <td data-bbox="1568 981 1839 1101">A</td> <td data-bbox="1839 981 2112 1037">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 1037 1839 1101"></td> <td data-bbox="1839 1037 2112 1101">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.	A	P ↑		↓ P.L.
A	P ↑											
	↓ P.L.											
A	P ↑											
	↓ P.L.											







	<ul style="list-style-type: none"> <li>22.6 – Programa de Peixamento do Rio São Francisco.</li> </ul>											
24	<p>Realizar monitoramento e avaliação da introdução da “cunha salina” - águas marinhas que penetram rio adentro, quando os níveis do mar são altos e as vazões do rio são baixas, considerando os critérios apresentados no Ofício nº 118/2006-CGLIC/DILIQ/ IBAMA DE 22.3.2006.</p>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<p><b>Material para análise</b></p> <table border="1"> <tr> <td>A</td> <td>P </td> </tr> <tr> <td></td> <td>P.L. </td> </tr> </table>	A	P 		P.L. 				
A	P 											
	P.L. 											
26	<p>Implementar um Programa de Minimização dos Efeitos Hidrológicos e Ambientais no trecho a jusante do Xingo. O Programa deverá no mínimo realizar as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>26.1 - Instalar/monitorar uma rede pluviométrica, fluviométrica e sedimentométrica complementar a jusante de Xingó, com a instalação de estações, devidamente niveladas e georreferenciadas, a cada 30 km até a foz do rio São Francisco e organizar um banco de dados das informações processadas.</li> <li>26.2 - realizar medições de vazões líquidas mensalmente em cada seção transversal dos postos a serem instalados.</li> </ul>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p> <p><b>Ativos ambientais</b> são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, e dos quais se espera obter benefícios futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio</p>	<p><b>Construção da Rede pluviométrica</b></p> <table border="1"> <tr> <td>A </td> <td>P </td> </tr> <tr> <td></td> <td>P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Ativação da Rede pluviométrica</b></p> <table border="1"> <tr> <td>A </td> <td>P</td> </tr> <tr> <td></td> <td>P.L.</td> </tr> </table>	A 	P 		P.L.	A 	P		P.L.
A 	P 											
	P.L.											
A 	P											
	P.L.											

	<ul style="list-style-type: none"> <li>26.3 - realizar levantamento das seções batimétricas (em cada posto) com periodicidade semestral, durante 03 anos, a fim de termos subsídios de comparação e monitoramento, após este período a periodicidade poderá ser anual.</li> </ul>			<b>Análises e levantamentos</b> 
27	<p>Prosseguir com o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, incluindo a restauração da mata ciliar nas áreas de influência direta do empreendimento situada às margens do reservatório, do rio São Francisco e seus tributários, a jusante e a montante, com apresentação do cronograma físico - financeiro de execução e relatórios técnicos anuais.</p>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p>	<b>Reflorestamento</b> 
28	<p>No programa de execução de Áreas Degradadas, apresentar em 120 dias, estudo visando a criação de uma área de uso público no entorno do viveiro de mudas que serviu como empréstimo e área de bota-fora durante a construção da usina. A área deve ser usada em atividades do Programa de Educação e Saúde Ambiental (nesse caso incluindo o próprio viveiro), além de lazer para a população local.</p>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p> <p><b>Fato Contábil Permutativo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos de longo prazo. Porém os recursos investidos nos gastos serão ativados, não</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p> <p><b>Ativos ambientais</b> são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, e dos quais se espera obter benefícios futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio</p>	<b>Educação ambiental</b> 

		acontecendo alteração no Patrimônio.		<p><b>Construção da área</b></p> <table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;">↑ A</td> <td style="text-align: center;">↑ P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Ativação da área</b></p> <table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;">↑ A</td> <td style="text-align: center;">P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L.</td> </tr> </table>	↑ A	↑ P		P.L.	↑ A	P		P.L.
↑ A	↑ P											
	P.L.											
↑ A	P											
	P.L.											
31	Dar continuidade ao funcionamento do viveiro de produção de mudas nativas, com o intuito de prover material para projetos de recuperação da flora regional.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados.	<p><b>Manutenção do viveiro</b></p> <table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;">A</td> <td style="text-align: center;">P ↑</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.				
A	P ↑											
	↓ P.L.											
32	Apresentar, no prazo de 120 dias, um programa de educação ambiental focado na preservação da fauna, utilizando bioindicadores faunísticos, oriundos da condicionante 34, para mensuração de eficiência do referido programa	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados.	<p><b>Educação ambiental</b></p> <table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;">A</td> <td style="text-align: center;">P ↑</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.				
A	P ↑											
	↓ P.L.											

34	Continuar o programa de caracterização da avifauna na área de influência do empreendimento, utilizando, entre outras, as mesmas áreas amostradas no “programa de monitoramento da vegetação de entorno”.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados.	<b>Monitoramento da avifauna</b> <table border="1" data-bbox="1568 279 2110 399"> <tr> <td data-bbox="1568 279 1836 335">A</td> <td data-bbox="1836 279 2110 335">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 335 1836 399"></td> <td data-bbox="1836 335 2110 399"> P.L.</td> </tr> </table>	A	P 		 P.L.
A	P 							
	 P.L.							
36	Iniciar a execução, no prazo de 30 dias, do programa de Ecossistemas Aquáticos, com as adequações a seguir: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 36.1 – O monitoramento de agrotóxicos precisa se estender para o componente do sedimento.</li> <li>• 36.2 - Identificar as principais fontes de presença de óleos e graxas no reservatório, e apresentar informações que isentam a empresa de culpa.</li> <li>• 36.3 - Elaborar um plano de contenção e remoção do fósforo total.</li> </ul>	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados.	<b>Monitoramento do ecossistema aquático</b> <table border="1" data-bbox="1568 614 2110 734"> <tr> <td data-bbox="1568 614 1836 670">A</td> <td data-bbox="1836 614 2110 670">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 670 1836 734"></td> <td data-bbox="1836 670 2110 734"> P.L.</td> </tr> </table>	A	P 		 P.L.
A	P 							
	 P.L.							
37	Detalhar, num prazo de 50 dias, todos os programas propostos pela empresa, a seguir: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 37.1 – Programa de Educação Histórico Patrimonial para os Municípios estabelecidos pelos empreendimentos Itaparica.</li> </ul>	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos	<b>Educação ambiental</b> <table border="1" data-bbox="1568 1109 2110 1228"> <tr> <td data-bbox="1568 1109 1836 1165">A</td> <td data-bbox="1836 1109 2110 1165">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 1165 1836 1228"></td> <td data-bbox="1836 1165 2110 1228"> P.L.</td> </tr> </table>	A	P 		 P.L.
A	P 							
	 P.L.							

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 37.2 - Programa de Educação e Saúde Ambiental (PESA).</li> <li>• 37.3 – Programa de Uso do Entorno dos Reservatórios, deve ser feito de acordo com os preceitos da Resolução Conama nº. 302/2002, a partir do termo de referência emitido pelo Ibama, levando – se em conta a compatibilização com a legislação de uso do solo dos municípios.</li> <li>• 37.4 - Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre.</li> <li>• 37.5 - Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco. Incluir o subprograma de sedimentologia abordando os seguintes tópicos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 37.5.1 – identificar as cargas sólidas afluentes ao reservatório, para o acompanhamento dos efeitos decorrentes dos processos erosivos, levando em conta a taxa de sedimentação;</li> <li>• 37.5.2 – avaliar o transporte de sedimentos dentro do reservatório de Itaparica, através de medições das descargas líquidas e sólidas, em períodos que caracterizem um ciclo hidrológico;</li> </ul> </li> </ul>		sobre a metodologia e procedimentos adequados.	<p><b>Manutenção do entorno</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 279 2116 399"> <tr> <td data-bbox="1568 279 1836 335">A</td> <td data-bbox="1836 279 2116 335">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 335 1836 399"></td> <td data-bbox="1836 335 2116 399"> P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Conservação da fauna e flora</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 510 2116 630"> <tr> <td data-bbox="1568 510 1836 566">A</td> <td data-bbox="1836 510 2116 566">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 566 1836 630"></td> <td data-bbox="1836 566 2116 630"> P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Inventario ecossistema</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 742 2116 861"> <tr> <td data-bbox="1568 742 1836 798">A</td> <td data-bbox="1836 742 2116 798">P </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 798 1836 861"></td> <td data-bbox="1836 798 2116 861"> P.L.</td> </tr> </table>	A	P 		 P.L.	A	P 		 P.L.	A	P 		 P.L.
A	P 															
	 P.L.															
A	P 															
	 P.L.															
A	P 															
	 P.L.															

	<ul style="list-style-type: none"> <li>37.5.3 – avaliar quão comprometidas podem ficar em termos qualitativos as águas do reservatório, face as características das cargas sólidas afluentes.</li> </ul>							
38	<p>Acrescentar, num prazo de 50 dias e com o mesmo detalhamento, os seguintes programas ambientais propostos pelo Ibama:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>38.1 – Programa de Apoio Institucional aos Municípios do Entorno dos Reservatórios, com o objetivo de capacitá-los a captar recursos para investimentos nas áreas de saneamento, meio ambiente e desenvolvimento econômico;</li> <li>38.2 – Programa de Monitoramento das Fontes de Poluição Externa aos Reservatórios;</li> <li>38.3 - Programa de Recuperação da Áreas Degradadas;</li> <li>38.4 – Programa de Monitoramento dos Pontos Erosivos Críticos incluindo os seguintes subprogramas: <ul style="list-style-type: none"> <li>A - Subprograma de Monitoramento das Encostas com os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none"> <li>38.4.1- identificar as áreas críticas marginais ao reservatório, com o maior potencial de ocorrência de</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados.</p>	<p><b>Assessoria profissional</b></p> <table border="1"> <tr> <td>A</td> <td>P </td> </tr> <tr> <td></td> <td> P.L.</td> </tr> </table>	A	P 		 P.L.
A	P 							
	 P.L.							

	<p>fenômenos de instabilização de encostas;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 38.4.2 – apresentar mapeamento das encostas, indicando quais áreas que apresentam riscos de deslizamentos em função do potencial erosivo dos solos;</li><li>• 38.4.3 – definir medidas e ações específicas para minimização dos riscos, levando em consideração os problemas intrínsecos a cada área identificada;</li><li>• 38.4.4 – acompanhar de forma sistemática a evolução dos escorregamentos das áreas críticas, tendo como referência as novas situações de equilíbrio das encostas.</li></ul> <p>B – Subprograma de Monitoramento e Assoreamento do Corpo D'água, com os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 38.4.5 – Identificar as áreas assoreadas principalmente nos rios e riachos tributário do rio São Francisco que desembocam no lago de Itaparica;</li><li>• 38.4.6 - avaliar a perda de solo e o assoreamento no corpo d'água resultante de processos erosivos associados a estradas;</li></ul>			
--	---	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>38.4.7 – avaliar e acompanhar a taxa de assoreamento.</li> </ul>															
41	<p>Apresentar no prazo de nove meses, situação atualizada do esgotamento sanitário da área urbana dos municípios relocados pelo empreendimento. Caso não tenham sido instalados dispositivos para tratamento na época da construção da usina, executar o sistema de esgotos ao longo do período de vigência da licença.</p>	<p><b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.</p> <p><b>Fato Contábil Permutativo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos de longo prazo. Porém os recursos investidos nos gastos serão ativados, não acontecendo alteração no Patrimônio.</p>	<p><b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.</p> <p><b>Ativos ambientais</b> são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, e dos quais se espera obter benefícios futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio</p>	<p><b>Construção da estação de tratamento de esgoto</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 406 2116 526"> <tr> <td style="text-align: center;">↑ A</td> <td style="text-align: center;">P ↑</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Ativação da estação de tratamento de esgoto</b></p> <table border="1" data-bbox="1590 638 2139 758"> <tr> <td style="text-align: center;">A ↑</td> <td style="text-align: center;">P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P.L.</td> </tr> </table> <p><b>Tratamento do esgoto</b></p> <table border="1" data-bbox="1568 869 2116 989"> <tr> <td style="text-align: center;">A</td> <td style="text-align: center;">↑ P</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">P ↓</td> </tr> </table>	↑ A	P ↑		P.L.	A ↑	P		P.L.	A	↑ P		P ↓
↑ A	P ↑															
	P.L.															
A ↑	P															
	P.L.															
A	↑ P															
	P ↓															

42	Apresentar, no prazo de nove meses, detalhamento de todos os projetos de reassentamento criados em decorrência do empreendimento, incluindo mapas, estágio atual, evolução histórica, propostas para o futuro e o levantamento minucioso dos passivos, com as respectivas propostas de ações.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.	<b>Assessoria profissional</b> <table border="1" data-bbox="1568 220 2112 339"> <tr> <td data-bbox="1568 220 1839 339">A</td> <td data-bbox="1839 220 2112 276">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 276 1839 339"></td> <td data-bbox="1839 276 2112 339">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.				
A	P ↑											
	↓ P.L.											
43	Atender a Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003, do IPHAN, que diz que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos deverão prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.	<b>Assessoria profissional</b> <table border="1" data-bbox="1568 590 2112 710"> <tr> <td data-bbox="1568 590 1839 710">A</td> <td data-bbox="1839 590 2112 646">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 646 1839 710"></td> <td data-bbox="1839 646 2112 710">↓ P.L.</td> </tr> </table> <b>Reflorestamento</b> <table border="1" data-bbox="1568 821 2112 941"> <tr> <td data-bbox="1568 821 1839 941">A</td> <td data-bbox="1839 821 2112 877">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 877 1839 941"></td> <td data-bbox="1839 877 2112 941">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.	A	P ↑		↓ P.L.
A	P ↑											
	↓ P.L.											
A	P ↑											
	↓ P.L.											
44	No âmbito da redução de vazão a partir do reservatório de Sobradinho, apresentar após mapeamento preliminar, a ser desenvolvido pelo Ibama, caracterização e diagnóstico ambiental, de todas as lagoas marginais localizadas no submédio e baixo São Francisco. O prazo para entrega estudo será definido após conclusão do mapeamento preliminar.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.	<b>Assessoria profissional</b> <table border="1" data-bbox="1568 1117 2112 1236"> <tr> <td data-bbox="1568 1117 1839 1236">A</td> <td data-bbox="1839 1117 2112 1173">P ↑</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1568 1173 1839 1236"></td> <td data-bbox="1839 1173 2112 1236">↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.				
A	P ↑											
	↓ P.L.											

	<ul style="list-style-type: none"> <li>44.1 – Com base nesse diagnóstico, apresentar cenários de vazão mínima e tempo de recorrência para garantir a manutenção dos processos ecológicos desses ambientes</li> </ul>							
45	No âmbito da redução de vazão a partir do reservatório de Sobradinho, apresentar no prazo de 30 (trinta) dias). Plano de Trabalho para monitoramento de quelônios, crocodilianos e avifauna associados a ambientes aquáticos, conforme diretrizes do Parecer nº 0200.003610/2016-56 COHID/IBAMA.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.	<b>Assessoria profissional</b> <table border="1" data-bbox="1565 497 2110 619"> <tr> <td>A</td> <td>P ↑</td> </tr> <tr> <td></td> <td>↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.
A	P ↑							
	↓ P.L.							
46	No âmbito da redução de vazão a partir do reservatório de Sobradinho, apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, proposta de monitoramento de águas subterrâneas na foz do Rio São Francisco nos termos do Parecer nº 0200.003610/2016-56 COHID/IBAMA.	<b>Fato contábil modificativo diminutivo:</b> Haverá a necessidade de uso dos recursos disponíveis de curto prazo. Isso provocará redução no Patrimônio líquido.	<b>Despesas ambientais</b> - São o valor dos Insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações necessárias ao processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, serviços.	<b>Assessoria profissional</b> <table border="1" data-bbox="1565 839 2110 960"> <tr> <td>A</td> <td>P ↑</td> </tr> <tr> <td></td> <td>↓ P.L.</td> </tr> </table>	A	P ↑		↓ P.L.
A	P ↑							
	↓ P.L.							

Fonte: IBAMA (2000).

**APÊNDICE B - Relação com conceitos de contabilidade e onde evidenciar o fato**

<b>Código Condicionante</b>	<b>Classificação contábil para um plano de contas</b>	<b>Procedimento Contábil - Registro</b>	<b>Informação contábil gerada</b>
1	<b>Balço Patrimonial</b> <b>Ativo Circulante</b> <b>Disponível</b>  <b>D.R.E</b> <b>Despesa administrativa</b>  <b>Notas Explicativas.</b>	Debito - Despesa administrativa Ambiental - Publicação em Jornal Debito - Despesa administrativa Ambiental – Cópias Xerográficas Credito – Caixa ou Banco Histórico: pago Publicação em jornal conforme NFs xx Histórico: Pago Cópias Xerográficas conforme NFs xx	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
3	<b>Balço Patrimonial</b> <b>Ativo Circulante</b> <b>Disponível</b>  <b>D.R.E</b> <b>Despesa administrativa</b>  <b>Notas Explicativas.</b>	Debito - Despesa administrativa - Publicação em Jornal Debito - Despesa administrativa – Cópias Xerográficas Credito – Caixa ou Banco Histórico: pago Publicação em jornal conforme NFs xx Histórico: Pago Cópias Xerográficas conforme NFs xx	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
4	<b>D.R.E</b> <b>Despesas ambientais</b>  <b>Notas Explicativas.</b>  <b>Passivo</b> <b>Não Circulante</b> <b>Provisão Ambiental</b>	Debito - Despes Ambiental Credito – Provisão ambiental Histórico: Valor provisionado para recuperação de riscos ambientais identificados.	Provisão de recursos para provável recuperação do meio ambiente identificados  Ação provinda da gestão ambiental para recuperação de provável dano ambiental identificado.
6	<b>D.R.E</b> <b>Despesas ambientais</b>	<b>Para o programa de educação ambiental:</b> Profissional capacitado ou empresa atuante no ramo.	Saída de recursos para despesas ambientais

	<p><b>Notas Explicativas</b></p> <p><b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b></p>	<p>Debito - despesa de educaço ambiental Credito – Fornecedor do servio.</p> <p>Histórico: Valor referente a prestaço de servios educacionais prestado por empresa/profissional ocorridos no perodo xx comprovado atravs da NFs nº xx.</p> <p><b>Uso do entorno</b> Debito - Despesa ambiental - Conservaço do entorno Debito – Despesa ambiental - Recuperaço do entorno Credito – Fornecedor do servio ambiental Histórico: Valor referente a prestaço de servios de recuperaço/conservaço do entorno prestado por empresa/profissional ocorridos no perodo xx comprovado atravs da NFs nº xx</p> <p><b>Processos erosivos</b> Debita - despesa ambiental - gastos com recuperaço ambiental Credito – caixa, banco ou fornecedor do servio Histórico: Valor referente a prestaço de servios recuperaço ambiental prestado por empresa/profissional ocorridos no perodo xx comprovado atravs da NFs nº xx</p> <p><b>Inventario dos ecossistemas</b> Debito - despesa ambiental – estudo do ecossistema Credito – caixa, banco ou fornecedor do servio ambiental Histórico: Valor referente a prestaço de servios estudo do ecossistema prestado por empresa/profissional ocorridos no perodo xx comprovado atravs da NFs nº xx</p>	<p>Despesas ambientais relacionadas com a gestáo das condicionantes</p>
8	<p><b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b></p> <p><b>Notas Explicativas.</b></p>	<p>Debito - despesa ambiental - assessoria profissional Credito – Fornecedor do servio ambiental</p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestáo das condicionantes</p>

	<b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>	Histórico: Valor referente aos serviços profissionais de estudo, levantamento e capacitação, conforme NFs nºxx	
11	<b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>  <b>Notas Explicativas.</b>	Debito - despesa ambiental - assessoria profissional Credito – Fornecedor do serviço ambiental  Histórico: Valor referente aos serviços profissionais de estudo, levantamento e conservação da fauna, conforme NFs nºxx	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
12	<b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Ativo ambiental</b> <b>Instalações em construções</b> <b>Estação de tratamento de esgoto</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Ativo ambiental</b> <b>Instalações</b> <b>Estação de tratamento de esgoto</b>	Debito - despesa ambiental - gastos com tratamento de esgoto. Credito –Fornecedor do serviço ambiental Histórico: Valor referente aos a os materiais aplicado no tratamento do esgoto conforme NF. Debito – Ativo Ambiental – instalação em construção - estação de tratamento de esgoto Credito –Fornecedor do serviço ambiental Histórico: Valor referente a material aplicado e pessoal na execução da obra conforme contrato nº e NF. Debito - Ativo Ambiental – estação de tratamento de esgoto Credito - Ativo Ambiental – instalação em construção - estação de tratamento de esgoto Histórico: Valor referente a ativação do bem, pela conclusão da obra.	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes  Permuta de recursos para construção de bens  Ativo ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
13	<b>D.R.E</b> <b>Despesas ambientais</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b>	<b>Para o programa de educação ambiental:</b> Profissional capacitado ou empresa atuante no ramo. Debito - despesa de educação ambiental Credito – Fornecedor do serviço.	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes

	<p><b>Exigível</b></p> <p><b>Notas Explicativas</b></p>	<p>Histórico: Valor referente a prestação de serviços educacionais prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx.</p> <p><b>Uso do entorno</b></p> <p>Debito - Despesa ambiental - Conservação do entorno</p> <p>Debito – Despesa ambiental - Recuperação do entorno</p> <p>Credito – Fornecedor do serviço ambiental</p> <p>Histórico: Valor referente a prestação de serviços de recuperação/conservação do entorno prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p> <p><b>Processos erosivos</b></p> <p>Debita - despesa ambiental - gastos com recuperação ambiental</p> <p>Credito – caixa, banco ou fornecedor do serviço</p> <p>Histórico: Valor referente a prestação de serviços recuperação ambiental prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p> <p><b>Inventário dos ecossistemas</b></p> <p>Debito - despesa ambiental – estudo do ecossistema</p> <p>Credito – caixa, banco ou fornecedor do serviço ambiental</p> <p>Histórico: Valor referente a prestação de serviços estudo do ecossistema prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p>	
14		<p><b>Para o programa de educação ambiental:</b></p> <p>Profissional capacitado ou empresa atuante no ramo.</p> <p>Debito - despesa de educação ambiental</p> <p>Credito – Fornecedor do serviço.</p> <p>Histórico: Valor referente a prestação de serviços educacionais prestado por empresa/profissional</p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>

		<p>ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx.</p> <p>Uso do entorno</p> <p>Debito - Despesa ambiental - Conservação do entorno</p> <p>Debito – Despesa ambiental - Recuperação do entorno</p> <p>Credito – Fornecedor do serviço ambiental</p> <p>Histórico: Valor referente a prestação de serviços recuperação ambiental prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p> <p>Processos erosivos</p> <p>Debita - despesa ambiental - gastos com recuperação ambiental</p> <p>Credito – caixa, banco ou fornecedor do serviço ambiental Inventario dos ecossistemas</p> <p>Histórico: Valor referente a prestação de serviços recuperação ambiental prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p> <p>Debito - despesa ambiental – estudo do ecossistema</p> <p>Credito – caixa, banco ou fornecedor do serviço ambienta</p> <p>Histórico: Valor referente a prestação de serviços estudo do ecossistema prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p>	
15	<p><b>Balanco Patrimonial</b>  <b>Ativo ambiental</b>  <b>Instalações em construções</b>  <b>Viveiro</b></p> <p><b>Balanco Patrimonial</b>  <b>Ativo ambiental</b>  <b>Instalações</b></p>	<p>Implementação do viveiro de mudas nativas</p> <p>Debito – Ativo Ambiental – instalação em construção - Viveiro</p> <p>Credito –Fornecedor do serviço ambiental</p> <p>Histórico: Valor referente a material aplicado e pessoal na execução da obra conforme contrato nº e NF.</p> <p>Debito - Ativo Ambiental – Instalações - Viveiro</p>	<p>Permuta de recursos para construção de bens</p> <p>Ativo ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p> <p>Saída de recursos para despesas ambientais</p>

	<p><b>Viveiro</b></p> <p><b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b></p> <p><b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b></p>	<p>Credito - Ativo Ambiental – instalação em construção - Viveiro Histórico: Valor referente a ativação do bem, pela conclusão da obra. Informações sobre uso de fertilizantes</p> <p>Debito - Despesas Ambientais – Material para análise química Debito - Despesas Ambientais – Assessoria profissional Credito – fornecedores Histórico: Valor referente a análise química da água, conforme NF nº Informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias Debito – Despesa ambiental – indenizações Credito – Caixa ou banco Histórico: Valor referente a indenização conforme levantamento executado</p>	<p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>
16	<p><b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b></p> <p><b>Balço Patrimonial</b> <b>Ativo</b> <b>Ativo Circulante</b> <b>Disponibilidade</b></p>	<p>Debito – Despesa administrativa – xerox coloridas e cds Credito – Caixa ou Banco Histórico: Pago Copias xerográficas coloridas e cd de mídias digital conforme NF.</p>	<p>Saída de recursos para despesas</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>
17	<p><b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b></p> <p><b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b></p> <p><b>Notas Explicativas</b></p>	<p>Uso do entorno Debito - Despesa ambiental - Conservação do entorno Debito – Despesa ambiental - Recuperação do entorno Credito – Fornecedor do serviço ambiental Histórico: Valor referente a prestação de serviços de recuperação/conservação do entorno prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>

18	<p><b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b></p> <p><b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b></p> <p><b>Balço Patrimonial</b> <b>Ativo ambiental</b> <b>Instalações em construções</b> <b>Estação de tratamento de esgoto</b></p> <p><b>Ativo ambiental</b> <b>Instalações</b> <b>Estação de tratamento de esgoto</b></p>	<p>Debito - despesa ambiental - gastos com tratamento de esgoto. Credito –Fornecedor do serviço ambiental Histórico: Valor referente aos a os materiais aplicado no tratamento do esgoto conforme NF. Debito – Ativo Ambiental – instalação em construção - estação de tratamento de esgoto Credito –Fornecedor do serviço ambiental Histórico: Valor referente a material aplicado e pessoal na execução da obra conforme contrato nº e NF. Debito - Ativo Ambiental – estação de tratamento de esgoto Credito - Ativo Ambiental – instalação em construção - estação de tratamento de esgoto Histórico: Valor referente a ativação do bem, pela conclusão da obra.</p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p> <p>Permuta de recursos para construção de bens</p> <p>Ativo ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>
19	<p><b>D.R.E</b> <b>Despesas ambientais</b></p> <p><b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b></p> <p><b>Notas Explicativas.</b></p>	<p>Projeto e levantamento Debito – despesa ambiental – Assessoria profissional Fornecedor do serviço Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para executar levantamento.  Debito – Despesa ambiental – Reflorestamento Credito –Fornecedor do serviço Histórico: Valor referente a reflorestamento da área conforme levantamento executado.</p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>
22	<p><b>D.R.E</b> <b>Despesas ambientais</b></p> <p><b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b></p>	<p>Debito – despesa Ambiental – assessoria profissional Debito – despesa Ambiental – repovoamento de peixes Credito –fornecedor do serviço Histórico: Valor referente a repovoamento dos peixes nas áreas levantadas.</p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>

	<b>Notas Explicativas</b>		
24	<b>D.R.E</b> <b>Despesas ambientais</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>  <b>Notas Explicativas</b>	Debito – despesa ambiental – material para análise Credito – Caixa, banco ou fornecedor do material  Histórico: Pago gastos com materiais para análise conforme NF nº	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
26	<b>Balço Patrimonial</b> <b>Ativo ambiental</b> <b>Instalações em construções</b> <b>Estação Pluviométrica</b>  <b>Ativo ambiental</b> <b>Instalações</b> <b>Estação Pluviométrica</b>	Debito – Ativo ambiental – instalações em construção – Estação pluviométrica Credito – fornecedor do serviço Histórico: Valor Referente a construção da estação conforme contrato. Debito – Ativo ambiental – instalações – Estação pluviométrica Credito – Ativo ambiental – instalações em construção – Estação pluviométrica Histórico: Ativação da estação pluviométrica.	Permuta de recursos para construção de bens  Ativo ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
27	<b>D.R.E</b> <b>Despesas ambientais</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>  <b>Notas Explicativas</b>	Debito – despesa ambiental – reflorestamento Credito - prestador do serviço  Histórico: Valor referente a reflorestamento da área, conforme NF nº	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes

28	<b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b>  <b>Balanco Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>  <b>Balanco Patrimonial</b> <b>Ativo ambiental</b> <b>Instalações em construções</b> <b>Viveiro</b>  <b>Ativo ambiental</b> <b>Instalações</b> <b>Viveiro</b> .	Debito – despesa ambiental – assessoria profissional Credito – Prestador do serviço Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa especializada em educação ambiental. Debito – Ativo Ambiental – Instalações em construção - Viveiro Credito – Caixa, Banco ou Prestador do serviço Debito – Ativo Ambiental – instalação em construção - Viveiro Credito –Fornecedor do serviço ambiental Histórico: Valor referente a material aplicado e pessoal na execução da obra conforme contrato nº e NF. Debito - Ativo Ambiental – Instalações - Viveiro Credito - Ativo Ambiental – instalação em construção - Viveiro Histórico: Valor referente a ativação do bem, pela conclusão da obra.	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes  Permuta de recursos para construção de bens  Ativo ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
31	<b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b>  <b>Balanco Patrimonial</b> <b>Ativo Circulante</b> <b>Disponível</b> .	Debito – despesa ambiental – Manutenção do viveiro Credito - Caixa, banco  Histórico: Valor referente a gasto com a manutenção do viveiro	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
32	<b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b>  <b>Balanco Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>	Debito – despesa ambiental – assessoria profissional Credito – Prestador do serviço  Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para educação ambiental	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes

34	<b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>	Debito – despesa ambiental – assessoria profissional Credito – Prestador do serviço  Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para Levantamento e caracterização da avifauna.	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
36	<b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>	Debito – despesa ambiental – assessoria profissional Credito – Prestador do serviço  Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para monitoramento ambiental.	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
37	<b>D.R.E</b> <b>Despesa ambiental</b>  <b>Balço Patrimonial</b> <b>Passivo</b> <b>Circulante</b> <b>Exigível</b>	<b>Para o programa de educação ambiental:</b> Profissional capacitado ou empresa atuante no ramo. Debito - despesa de educação ambiental Credito – Fornecedor do serviço. Histórico: Valor referente a prestação de serviços educacionais prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx. Uso do entorno Debito - Despesa ambiental - Conservação do entorno Debito – Despesa ambiental - Recuperação do entorno Credito – Fornecedor do serviço ambiental Histórico: Valor referente a prestação de serviços recuperação ambiental prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx Processos erosivos	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes

		<p>Debita - despesa ambiental - gastos com recuperação ambiental  Credito – caixa, banco ou fornecedor do serviço ambiental Inventario dos ecossistemas  Histórico: Valor referente a prestação de serviços recuperação ambiental prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx  Debito - despesa ambiental – estudo do ecossistema  Credito – caixa, banco ou fornecedor do serviço ambiental  Histórico: Valor referente a prestação de serviços estudo do ecossistema prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p>	
38	<p><b>D.R.E</b>  <b>Despesa ambiental</b></p> <p><b>Balço Patrimonial</b>  <b>Passivo</b>  <b>Circulante</b>  <b>Exigível</b></p>	<p>Profissional capacitado ou empresa atuante no ramo.  Debito - despesa de educação ambiental  Credito – Fornecedor do serviço.  Histórico: Valor referente a prestação de serviços educacionais prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx.  <b>Uso do entorno</b>  Debito - Despesa ambiental - Conservação do entorno  Debito – Despesa ambiental - Recuperação do entorno  Credito – Fornecedor do serviço ambiental  Histórico: Valor referente a prestação de serviços de recuperação/conservação do entorno prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx  <b>Processos erosivos</b></p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>

		<p>Debita - despesa ambiental - gastos com recuperação ambiental  Credito – caixa, banco ou fornecedor do serviço  Histórico: Valor referente a prestação de serviços recuperação ambiental prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p> <p><b>Inventario dos ecossistemas</b>  Debito - despesa ambiental – estudo do ecossistema  Credito – caixa, banco ou fornecedor do serviço ambiental  Histórico: Valor referente a prestação de serviços estudo do ecossistema prestado por empresa/profissional ocorridos no período xx comprovado através da NFs nº xx</p>	
41	<p><b>D.R.E</b>  <b>Despesa ambiental</b></p> <p><b>Balanco Patrimonial</b>  <b>Passivo</b>  <b>Circulante</b>  <b>Exigível</b></p> <p><b>Balanco Patrimonial</b>  <b>Ativo ambiental</b>  <b>Instalações em construções</b>  <b>Estação de tratamento de esgoto</b></p> <p><b>Ativo ambiental</b>  <b>Instalações</b>  <b>Estação de tratamento de esgoto</b></p>	<p>Debito - despesa ambiental - gastos com tratamento de esgoto.  Credito –Fornecedor do serviço ambiental  Histórico: Valor referente aos a os materiais aplicado no tratamento do esgoto conforme NF.  Debito – Ativo Ambiental – instalação em construção - estação de tratamento de esgoto  Credito –Fornecedor do serviço ambiental  Histórico: Valor referente a material aplicado e pessoal na execução da obra conforme contrato nº e NF.  Debito - Ativo Ambiental – estação de tratamento de esgoto  Credito - Ativo Ambiental – instalação em construção - estação de tratamento de esgoto  Histórico: Valor referente a ativação do bem, pela conclusão da obra.</p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p> <p>Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p> <p>Permuta de recursos para construção de bens</p> <p>Ativo ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes</p>
42	<p><b>D.R.E</b>  <b>Despesa ambiental</b></p>	<p>Debito – despesa ambiental – assessoria profissional</p>	<p>Saída de recursos para despesas ambientais</p>

	<b>Balço Patrimonial Passivo Circulante Exigível</b>	Credito – Prestador do serviço  Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para monitoramento ambiental.	Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
43	<b>D.R.E Despesa ambiental  Balço Patrimonial Passivo Circulante Exigível</b>	Projeto e levantamento Debito – despesa ambiental – Assessoria profissional Caixa ou banco ou fornecedor do serviço Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para monitoramento ambiental. Caso precise executar o projeto Debito – despesa ambiental – reflorestamento Credito - fornecedor do serviço Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa Executar os serviços.	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
44	<b>D.R.E Despesa ambiental  Balço Patrimonial Passivo Circulante Exigível</b>	Debito – despesa ambiental – Assessoria profissional Credito – Fornecedor do Serviço Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para monitoramento ambiental.	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
45	<b>D.R.E Despesa ambiental  Balço Patrimonial Passivo Circulante Exigível</b>	Debito – despesa ambiental – Assessoria profissional Credito – Fornecedor do serviço Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para monitoramento ambiental.	Saída de recursos para despesas ambientais  Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
46	<b>D.R.E Despesa ambiental</b>	Debito – despesa ambiental – Assessoria profissional	Saída de recursos para despesas ambientais

	<b>Balço Patrimonial Passivo Circulante Exigível</b>	Credito - Caixa ou banco  Histórico: Valor referente a contratação de profissional/empresa para monitoramento ambiental.	Despesas ambientais relacionadas com a gestão das condicionantes
--	--	--	--

Fonte: CHESF (2016).



## FORMULÁRIO IX

### DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS DOS PASSIVOS AMBIENTAIS, A PARTIR DOS TERMOS DE COMPROMISSO DAS HIDRELETRICAS LOCALIZADAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Autor(a): Claudio FERREIRA GÓES

### AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DA MONOGRAFIA

Eu, Professor RENATA PAES DE BARROS CÂMARA, autorizo o depósito da monografia do aluno CLÁUDIO FERREIRA GÓES, matrícula 11126731. A apresentação do trabalho irá ocorrer no semestre 2017.2, com data a ser divulgada pela Comissão do TCC do curso de Ciências Contábeis.

João Pessoa, 30 de maio de 20 18

Professor(a): Renata Paes de Barros Câmara